



ATA N.º 38/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Salão do Clube Recreativo de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sito na rua Dr. Pires de Castro, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo de Delegação de Competências do Município de Almada na Área Metropolitana de Lisboa no domínio da gestão de transportes públicos”
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júris para Concursos de Cargos de Dirigentes/SMAS”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Execuções Fiscais”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Consultoria Jurídica e Contencioso”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau - Serviço de Saúde Ocupacional CMA/SMAS”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Serviço Veterinário Municipal”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Atendimento Municipal”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Educação”
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Manutenção e Logística”



- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Desenvolvimento Económico”
 - 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Imagem e Marketing”
 - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão Administrativa”
 - 3.14 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Sistemas de Informação”
 - 3.15 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau - Departamento de Salubridade e Espaços Verdes”
 - 3.16 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1”
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
- O Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, com ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5450/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5451/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves, com ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5409/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5461/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5462/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5463/XI-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel de Amorim Matias, com ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5464/XI-3º), (**Conforme Anexo VII**).

4.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- A Candidata Sr.^a Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves e por impedimento da cidadã Sr.^a Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.^a Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro e do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI, XII, XIII, XIV e XV**).
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes e por impedimento da cidadã Sr.^a Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVI e XVII**).
- O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, do eleito Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
- O Candidato Sr. Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento da cidadã Sr.^a Rita Margarida Cardoso Vieira e do cidadão Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIX, XX e XXI**).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- A Candidata Sr.^ª Luísa Maria Freire Galvão, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. Pedro Miguel de Amorim Matias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII**).
- 4.2** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta da Sr.^ª Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida.
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído e na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.^ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, (**Conforme Anexo XXIII**).
- 4.4** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 4715/XI-3º ao 5454/XI-3º do Expediente Enviado do nº 3107/XI-3º ao nº 3510/XI-3º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 13/XI-3º/2015-16, das Atas Nºs 34/XI-3º/2015-16, 35/XI-3º/2015-16, 36/XI-3º/2015-16 e 37/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas Nºs 34/XI-3º/2015-16, 35/XI-3º/2015-16, 36/XI-3º/2015-16 e 37/XI-3º/2015-16 e da Informação Nº 12/15-16 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 4.5** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 34/XI-3º/2015-16, 35/XI-3º/2015-16, 36/XI-3º/2015-16 e 37/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas N.ºs 34/XI-3º/2015-16, 35/XI-3º/2015-16, 36/XI-3º/2015-16 e 37/XI-3º/2015-16, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.
- 4.6** - O Presidente informou os Srs. Deputados Municipais sobre o Relatório do 2º ano de atividade da Assembleia Municipal.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
- 5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
- 5.1.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.
- 5.1.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.



- 5.2.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.
- 5.2.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Isenção de IMI a coletividades de cultura e recreio, organizações não governamentais e outras associações não lucrativas”.
- 5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4702/XI-2º e designado de nº 12/CDS-PP/XI-2º.
- 5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 4 de novembro de 2015, através do ofício nº 3118/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3117/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 051/GP, de 3 de fevereiro de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 5317/XI-3º.
- 5.3.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 3439/XI-3º, em 5 de fevereiro de 2016.
- 5.4** - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Dados sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico e a Educação Pré-Escolar”.
- 5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4704/XI-2º e designado de nº 4/PS/XI-2º.
- 5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 4 de novembro de 2015, através do ofício nº 3120/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3119/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.4.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 430/GP, de 2 de dezembro de 2015, sendo-lhe atribuído o nº 4910/XI-3º.
- 5.4.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 3262/XI-3º, em 14 de dezembro de 2015.
- 5.5** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Ajuste direto - Contrato de aquisição de serviço de transportes de passageiros em autocarros celebrado com a TST - Transportes Sul do Tejo, SA.”
- 5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 12 de janeiro de 2016, foi registado com a Entrada nº 5205/XI-3º e designado de nº 13/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 18 de janeiro de 2016, através do ofício nº 3384/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3383/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

5.5.3 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 052/GP, de 4 de fevereiro de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 5343/XI-3º.

5.5.4 - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 3465/XI-3º, em 11 de fevereiro de 2016.

5.6 - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “o trabalho voluntário nos Festivais Primavera Surf Feste e Sol da Caparica”.

5.6.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 8 de fevereiro de 2016, foi registado com a Entrada nº 5332/XI-3º e designado de nº 7/BE/XI-3º.

5.6.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 10 de fevereiro de 2016, através do ofício nº 3451/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3450/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Múncipe Exm.º Senhor António Manuel Almada Fialho, residente em Almada.

6.1.1 - O Múncipe Exm.º Senhor António Manuel Almada Fialho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma situação que possivelmente é fácil de resolver. Eu vivo numa casa arrendada há cerca de trinta anos em que já pedi duas vistorias aos serviços da Câmara, já foram lá, mandaram a minha senhoria fazer obras com cartas registadas e ela nada faz. Não responde, inclusive escrevi variadíssimas cartas todas elas com aviso de receção e até hoje não recebi resposta nenhuma, delas. Eu tenho sempre investido nos melhoramentos onde eu habito, sempre tudo à minha conta e a senhora, a minha senhoria todos os anos aumenta-me a renda consoante a inflação. Simplesmente a Câmara escreve cartas, ela não responde e queria saber se há ou não a possibilidade de a minha senhoria fazer obras, isto é uma hipótese que eu ponho, também não percebo nada disso, mas que fossem coercivas e eu no lugar de pagar a renda à minha senhoria pagaria uma parte ou aquilo que fosse necessário à Câmara. Até que a totalidade da obra fosse paga. Gostava portanto que me elucidassem o que é que devo fazer e onde é que me devo dirigir.”

6.2 - Usou da palavra o Múncipe Exm.º Senhor António Marques Farinha, em representação do CIRL, residente em Almada.

6.2.1 - O Múncipe Exm.º Senhor António Marques Farinha:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui simplesmente e unicamente apresentar o meu agradecimento ao Sr. Presidente Manuel Maia por trazer a esta Coletividade mais ou menos todos os anos uma sessão destas, o que nós agradecemos, não só para engrandecimento do Clube como também para conhecimento, como hoje está a ser propagado mundialmente via NET. Agradecer à Câmara Municipal de Almada as ajudas que tem dado a esta Coletividade, assim como à Junta das



Freguesias do Laranjeiro e Feijó que nos tem ajudado também nos nossos empreendimentos. Só tenho a agradecer e então para dar conhecimento também à Assembleia Municipal desses eventos que vão fazendo nesta Coletividade. O Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro está bastante agradecido.”

6.3 - Usou da palavra a Múncipe Exm.^a Senhora Catarina Santos, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Vale Flores, residente em Almada.

6.3.1 - A Múncipe Exm.^a Senhora Catarina Santos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui na qualidade de membro da Associação de Pais da Escola Básica de Vale Flores, da qual também sou encarregada de educação e vinha pedir ao Sr. Presidente que se dirigisse um dia à hora do almoço à nossa escola para ver a qualidade da comida que os meninos andam a comer. Porque a comida para além de ser servida fria é de péssima qualidade, cada vez está pior. As instalações da cozinha não são limpas todos os dias, as condições de higiene não andam a ser cumpridas e inclusivamente a inspeção da Câmara esteve lá a semana passada e atestou essas coisas todas e as condições continuam a ser as mesmas. Os meninos, no caso do meu filho, se não comer melhor ao almoço, como melhor ao jantar, mas há muitas crianças que é a única refeição quente que têm é aquela. Eu sei que por um euro e quarenta e seis cêntimos não se pode pedir muitos milagres, mas pelo menos a ementa que seja confeccionada com alguma qualidade e nas melhores condições de higiene. Também queria alertar que já foram enviados vários e-mails para a Câmara aos quais não tivemos resposta em que temos duas casas de banho avariadas na escola, uma delas tem o teto a cair e temos uma casa de banho a servir para duzentos meninos. Gostaria também de alertar para que as casas de banho fossem reparadas com alguma brevidade e também os meninos não têm sabonete para lavar as mãos, as condições de higiene também não são as melhores nesta situação. Também, vinha alertar para que alguma coisa fosse feita com alguma brevidade possível.”

6.4 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós é que agradecemos a disponibilidade para a cedência das instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro e aqui estarmos. Muito obrigado, também.”

6.4.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começar por nesta ocasião saudar aqueles e aquelas múnicipes que passaram a ter oportunidade de nos acompanhar em suas casas desde que disponham de acesso à internet,



e também agradecer aos profissionais da TVAlmada que hoje estão aqui connosco e irão passar a estar nas próximas sessões da Assembleia Municipal para poder levar a casa de todos os almadenses que assim o desejem, estes nossos trabalhos.

Agradecer hoje também muito em particular ao CIRL, ao Sr. António Farinha e naturalmente também aos restantes membros dos corpos diretivos, aos associados desta Coletividade de que Almada também muito se orgulha pelo trabalho que aqui faz e por levar o nosso nome a tantos e tantos locais do nosso território. Portanto, é sempre um prazer estarmos convosco nesta ocasião como noutras e naturalmente nós é que agradecemos a todos vós o que fazem também por esta nossa terra.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. António Fialho, eu sugeria, até porque o seu contato telefónico está aqui connosco que pudesse disponibilizar-se para o contactarmos e vermos consigo, os nossos serviços poderem contactar consigo e podermos conhecer mais exatamente a situação. Sugeria, nós iríamos contactar para o número de telefone que aqui deixou e ficaria depois à minha responsabilidade depois falarmos consigo e ver exatamente o que é possível fazer na situação que aqui descreveu. Mas precisamos de saber melhor, até porque provavelmente existe, como o Sr. disse, um processo na Câmara, porque já houve pelo menos duas vistorias, tanto quanto eu percebi na comunicação que nos fez.

Agradecer também na pessoa da Dona Catarina Santos, aos membros das Associações de Pais e de Encarregados de Educação tudo aquilo que fazem, que têm feito pelo bem estar e pela promoção do ensino no nosso Município, e naturalmente também sublinhar a ação de aqui vir chamar atenção das coisas que não vão tão bem e outras vezes contribuindo eles próprios de forma ativa e com grande entusiasmo no papel formativo e educativo que a escola desempenha. É um rico movimento de que o nosso Concelho dispõe e é sempre bom salientar, sublinhar este papel que os pais para além daquilo que é o seu horário de trabalho, desempenham para que todo o coletivo e toda a comunidade educativa possa cumprir melhor a sua obrigação. Em relação à questão que nos colocou disse que a inspeção, os serviços da Câmara estiveram no local, nós vamos pedir o relatório que tenha sido feito e iremos intervir. E aceito o seu convite para brevemente poder visitar o local. O Sr. Vereador António Matos como é sabido, um homem muito atento a estas questões, e muito rapidamente iremos dar resposta às questões que aqui nos foram colocadas, quer no que diz respeito à alimentação, quer no que diz respeito às questões relacionadas com as casas de banho e que percebemos que será urgente. Penso que a Sr.^a também aqui deixou o seu contato telefónico. Por acaso não deixou, mas se puder deixar, agradecemos, para depois podermos informar. Talvez eu depois peça aos serviços, com a autorização do Sr. Presidente da Assembleia, para registar o número de telefone.”

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Cumprimentar também a TVAlmada pela transmissão que hoje começa a fazer dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente e Sr. Vereador António Matos, a questão que hoje foi aqui apresentada é grave, a questão da alimentação eu diria que de tempos a tempos vai surgindo e às vezes acontecem problemas, não vale a pena também achar que o sistema é sempre infalível e tem sempre uma qualidade excepcional.

Agora a questão das casas de banho eu confesso que fiquei muito chocado, porque também me chegou algumas fotografias dos sanitários da escola e eu confesso que olhar para as condições destes sanitários, aparentemente este terá sido um dos que foi encerrado, mas perceber que até caldeiras tem num espaço de uma escola do 1º Ciclo eu diria que é dos tais que não se compreende até num Concelho onde a autarquia tem e bem investido muito dinheiro em novas infraestruturas, em melhores instalações e melhores condições para as nossas crianças. E por isso eu confesso que acho inqualificável, eu olhar para estas fotografias e para estas condições que são oferecidas a alguns cidadãos do nosso Concelho por novos que sejam. E o apelo que eu deixava uma vez que tive conhecimento também desta situação é que realmente fosse feita uma diligência muito urgente, porque me parece que uma situação em que existem duzentas crianças a utilizar um sanitário que aparentemente não tem as mínimas condições, exigem uma intervenção realmente muito urgente e parece-me que face até à realidade comparada que existe no Concelho e ao investimento que a autarquia tem feito noutros estabelecimentos, merece realmente essa urgência.”

6.4.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu tenho ideia que o tema não é motivo para chicana política, porque o Sr. Deputado tem as fotografias, tem mais sorte do que eu e que o Sr. Vereador que ainda não dispõe das fotografias, mas se nos puder mandar agradecia. De qualquer maneira o dever de todos nós, qualquer munícipe neste Concelho e muito mais um Deputado Municipal a partir do momento que tem conhecimento de uma coisa destas não precisa de a trazer à Assembleia Municipal, um contato com o mesmo vigor e indignação que aqui manifestou junto dos serviços da Câmara, seria rapidamente atendido, e dada a urgência a qualquer hora ou qualquer dia que ganhemos a nossa intervenção é benéfico para as crianças e isso é que interessa. É que as crianças ficam a ganhar com a nossa intervenção.

Agradecendo, mas não podia deixar de referir este aspeto.”

6.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não quis de todo fazer qualquer tipo de ataque em relação ao tema, eu utilizei por comparação a realidade que a autarquia tem tido e bem de intervenção em relação à



qualidade, e temos muita qualidade instalada no Município. Alertei e pedi foi uma intervenção urgente face a uma situação que não só eu tive conhecimento como também a autarquia, aliás segundo julgo saber a autarquia foi contactada várias vezes para diligenciar a solução. Aquilo que eu estou só a solicitar é um reforço de atenção e de urgência, nenhum ataque político, aliás eu até tive o cuidado de fazer a comparação aos bons exemplos que temos no Concelho, é importante é que não tenhamos esta comparação com maus exemplos.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Manifestação de pesar pelo falecimento do Cidadão Vasco Malpique; Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Teotónio Pereira; Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Mesquita; Voto de Pesar pelo falecimento do “Mestre Zé José da Silva Pinho; Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Virgolino Coutinho; Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Gilberto Marques; Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Álvaro Rocha Martins; Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Fernando Paixão e Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Vasco Valdez), José Ricardo (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de João Reboredo) e Luísa Galvão (apresentando Voto de Pesar por Almeida Santos).

7.1.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em representação da CDU apresento um conjunto de Votos de Pesar pelo falecimento dos seguintes cidadãos:

7.1.1.1 - Manifestação de Pesar pelo falecimento do cidadão Vasco Malpique

Faleceu no passado dia 9 de janeiro, aos 74 anos, o Cidadão, Democrata, Desportista e Dirigente Associativo Vasco Manuel Ferreira Malpique.

Da sua personalidade, podemos destacar a grande referência que representa para a família do Almada Atlético Clube, pelo seu passado na modalidade de andebol, primeiro na variante de onze e mais tarde na de sete, onde foi exímio jogador da equipa sénior entre 1961 e 1968, seguindo as pisadas do seu pai Sérgio Malpique, figura maior do Almada e do Andebol nacional.

O seu percurso passou também pelo dirigismo, de 1961 a 1977 e de 2005 a 2007 e foi treinador de andebol em 1986, tendo no passado mês de setembro de 2015 completado 50 anos de associado do Almada Atlético Clube.

A nível profissional desempenhou as funções de tesoureiro geral nos supermercados Pão de Açúcar, durante 20 anos, e esteve década e meia no exercício do cargo de gerente dos supermercados Recheio/Pingo Doce.

A nível político e social foi um democrata convicto, assumindo-se como um homem que sentiu e lutou pela consolidação das causas e valores da Revolução de Abril de 1974. Cidadão



atento à sua cidade, zeloso na defesa da coisa pública, empenhado no desenvolvimento do seu Concelho de Almada.

Deixa-nos o seu exemplo de vida, como homem social e profissionalmente conhecido e reconhecido pela sua integridade, de elevado sentido e estatura moral.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, Democrata, Desportista e Dirigente Associativo Vasco Manuel Ferreira Malpique.
2. Apresentar à sua família, amigos e ao Almada Atlético Clube as mais sentidas condolências.”

7.1.1.2 - Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Teotónio Pereira

Faleceu no passado dia 20 de janeiro de 2016, aos 93 anos de idade, o Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, figura ilustre da arquitetura contemporânea portuguesa, da cultura e do conhecimento, que manteve ao longo da sua vida uma ligação estreita a Almada e aos Almadenses.

Sobre a sua vida pessoal e privada disse sempre muito pouco. Sabemos, no entanto, que as suas primeiras ruturas com a “realidade dominante” ocorreram quando tinha próximo de 20 anos. Suprimir o “h” do seu apelido “Teotónio”, foi o primeiro gesto evidente de que o então já estudante de Arquitetura não seguiria, no plano ideológico, a tradição conservadora familiar. Nuno Teotónio Pereira alicerçou uma consciência humanista que marcou sempre o seu modo de ser arquiteto, de projetar e fazer arquitetura. Mas também o seu modo de ser Cidadão, profundamente atento à realidade sua contemporânea.

A intervenção profissional e cívica do Arquiteto evidencia ao longo de toda a sua vida uma postura de constante procura de formas de intervenção empenhadas e concretas, capazes de contrariar as adversidades políticas, sociais e culturais impostas pela ditadura fascista, sentida em pleno pela sua vida e que sempre rejeitou e combateu.

Nuno Teotónio Pereira participou na primeira tradução para português dos enunciados fundamentais da Carta de Atenas, um texto fundamental para toda a sua geração na reflexão em torno do urbanismo, da cidade e da habitação coletiva. São inúmeros os textos publicados a partir da segunda metade dos anos 40, abordando e recentrando a Arquitetura Moderna.

Participou na profunda transformação da arquitetura religiosa no âmbito do Movimento de Renovação da Arte Religiosa de que foi cofundador. No domínio da arquitetura religiosa, sublinha-se a autoria do projeto, construído, da Nova Igreja de Almada.

É sobretudo no domínio da Habitação Social que Teotónio Pereira desempenha um papel fundamental. Entre 1948 e 1972 exerce a profissão de arquiteto na Federação de Caixas de Previdência - Habitações Económicas. Mau grado a hostilidade de que é alvo, tenta colocar



em prática os seus princípios em numerosos projetos de habitação social, aliando à qualidade do projeto as preocupações sociais.

Em 1954 funda a Cooperativa de Construção e Habitação, para tentar responder à “situação grave do problema da habitação em Lisboa para as classes economicamente fracas”. Um projeto profundamente inovador, que se propunha continuar a sua ação após terminada a construção “no sentido de fazer da Habitação em vizinhança, uma escola de educação e auxílio recíproco”.

Em 1969 participa no Encontro Nacional de Arquitetos, integrando o grupo de trabalho preparatório do tema “Participação Popular e Trabalho do Arquiteto no Desenvolvimento Urbano”. Na sequência, é constituído o Grupo de Intervenção para o Desenvolvimento Urbano, centrando a sua atenção sobretudo na área da margem sul do Tejo.

A partir de 1974, Nuno Teotónio Pereira colabora ativamente com o Núcleo Central do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL). Participa no levantamento das operações prioritárias nos concelhos limítrofes de Lisboa, com o sentido claro de contribuir para a transformação do território e a elevação da qualidade de vida das populações.

A defesa do património constituiu outra preocupação do Arquiteto na sua intervenção profissional e cultural, revelando uma noção de património enquanto conceito que apoia e fundamenta a intervenção no presente e contribui para a construção do futuro, rompendo com a abordagem historicista do edificado.

Participa ativamente em estruturas associativas. No Sindicato Nacional dos Arquitetos, integrando os seus corpos sociais em 1957, 1960, 1966 e 1969, nestes dois últimos anos impedido de tomar posse: o seu nome não fora “oficialmente homologado” devido à sua atividade política.

Nos anos 80 do século passado foi Presidente do Conselho Diretivo Nacional da Associação dos Arquitetos Portugueses em dois mandatos consecutivos, Presidente do Conselho das Organizações Nacionais de Arquitetura da então Comunidade Económica Europeia, e por várias vezes membro de júris de concursos nacionais e internacionais.

Em termos políticos, é na passagem para os anos 60 e com o início da guerra colonial em Angola, e depois noutros territórios africanos sob domínio colonial português, que Teotónio Pereira intervém mais diretamente na contestação ao regime fascista. Desenvolve atividade no âmbito do movimento católico progressista, ao lado de outras forças democráticas organizadas. Em 1958, apoia a campanha do General Humberto Delgado à presidência da República. Neste âmbito subscreve manifestos católicos contra a ditadura. Em 1965 é um dos subscritores do manifesto “A posição de alguns católicos”, assinada por 101 cidadãos, que viria a provocar uma forte reação de sectores da Igreja afetos ao regime fascista.



Em 1964, participa na fundação da Cooperativa Cultural Pragma de difusão cultural e ação comunitária no espírito da encíclica “Pacem in Terris” de João XXIII, que desenvolve a sua atividade até 1967, ano em que foi encerrada pela PIDE e detidos todos os seus dirigentes.

Em 1969, é candidato pela CDE - Comissão Democrática Eleitoral às eleições para a Assembleia Nacional em Portalegre. Nesse mesmo ano, participa ativamente na fundação da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, e no ano seguinte participa em Madrid numa iniciativa de coordenação das lutas dos grupos católicos contra as ditaduras ibéricas.

A sua luta contra o regime fascista assume particular relevância em ações contra a guerra colonial. Teotónio Pereira está entre os fundadores do boletim clandestino Direito à Informação que divulga informações sobre a guerra colonial, entre 1963 e 1969, defendendo o direito dos povos das colónias à independência. Em 1971, organiza a publicação dos Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial, reunindo textos de vários autores. No ano seguinte é cofundador de outra publicação clandestina contra a guerra, o BAC - Boletim Anti Colonial.

Nuno Teotónio Pereira esteve entre as centenas de pessoas que participaram na “vigília da Capela do Rato” em 30 e 31 de dezembro de 1972, durante a qual foi aprovada uma moção contra a política colonial portuguesa, terminando com o cerco da capela pela polícia e a detenção de 90 pessoas que encontravam no seu interior.

Mantém ligações de solidariedade com os Movimentos de Libertação Nacional, facto que o levou a participar como convidado oficial nas cerimónias de independência de Moçambique e de Angola em 1975.

Em 1995, Nuno Teotónio Pereira é distinguido com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo Presidente da República, Mário Soares.

Em 2013, Nuno Teotónio Pereira cedeu à Câmara Municipal de Almada o seu importante acervo arquivístico e de interesse museológico relacionado com o nosso Concelho e com a sua passagem pela nossa terra.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, e distinguindo a Vida, o Trabalho e a Obra do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, delibera:

1. Expressar o mais sincero voto de pesar pelo falecimento do Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, insigne Arquiteto, Cidadão e Lutador Antifascista, curvando-se perante a sua memória de Cidadão Integro, Honesto e Trabalhador.
2. Dirigir à sua Família, à Ordem dos Arquitetos e a todos os seus Amigos, os protestos do maior respeito pela personalidade, pelo trabalho e pela obra que desenvolveu e legou a toda a comunidade, e as mais sentidas condolências e solidariedade, na firme convicção de que homens da estirpe de Nuno Teotónio Pereira não morrem, permanecendo o seu exemplo de vida sempre na nossa memória coletiva.”

7.1.1.3 - Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Mesquita



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Luís António Mesquita, natural de Vilarandelo, concelho de Valpaços, militante e resistente antifascista, faleceu no passado dia 27 de novembro de 2015, aos 102 anos de idade, em Arraiolos.

Luís Mesquita deixou a sua terra Natal aos 14 anos, para se fixar em Lisboa e continuar a aprendizagem do seu ofício de sempre: barbeiro.

Com 20 anos de idade, integra grupos “esperantistas”, e adere ao Socorro Vermelho Internacional e ao Partido Comunista Português.

Tanto em Alcântara, freguesia da Cidade de Lisboa onde viveu e trabalhou até aos 40 anos quer posteriormente na Cova da Piedade onde fixou residência e se estabeleceu por conta própria, colaborou ativamente no trabalho do Movimento Associativo Popular, destacando-se os “Leões de S. Amaro” e “Carcavelinhos/Atlético Clube de Portugal” (em Lisboa), e Cooperativa Piedense, Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e Clube Desportivo da Cova da Piedade (em Almada).

Nesta última coletividade, a sua ação assumiu particular relevo, tendo contribuído de forma muito ativa para manter em funcionamento as Escolas Pré-Primárias e as atividades de formação de adultos, as conhecidas “Escolas do Desportivo”, espaço de extraordinária importância na resistência e combate ao fascismo no nosso Concelho.

Logo após o 25 de Abril, Luís Mesquita foi designado “regedor” da freguesia da Cova da Piedade. Participou ativamente nos movimentos das “Associações de Moradores”, tendo sido um dos fundadores da Associação de Moradores do Bairro da N^a Senhora da Cova da Piedade e seu representante nas reuniões Interassociações.

Foi candidato à Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade, participou ativamente em diferentes movimentos de reformados e idosos, destacando-se a União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada (URPICA) e o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos.

Luís Mesquita conhecia todos os recantos do Bairro e da freguesia da Cova da Piedade onde residiu mais de quatro décadas, e procurou sempre contribuir de forma positiva para que esta freguesia, que amava como se fosse a sua terra Natal, se transformasse num lugar em que todos vivessem melhor.

Aos 82 anos, deixou a tesoura e a navalha, passando o testemunho aos trabalhadores que com ele partilhavam a atividade profissional.

Manteve, entretanto, a sua indomável vontade de viver sendo útil aos outros. Em 1997 fixou residência com a sua filha no Alentejo. Retomou a enxada que tinha largado na adolescência, e mantendo a firmeza das suas convicções, continuou atento à evolução do seu país e do mundo.

Pouco tempo antes de falecer, mas persentindo o fim próximo, chamou seus filhos e disse-lhes: *“não quero que ficais tristes, por eu morrer, pois eu tive uma excelente família e muitos*



e grandes amigos, sempre lutei por uma sociedade mais justa e fraterna, vivi a vida com dignidade, fui um homem feliz, por isso, nada de ficarem tristes por eu falecer”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Expressar o mais sincero voto de pesar pelo falecimento de Luís António Mesquita, insigne cidadão que escolheu a Cova da Piedade e Almada para viver e trabalhar uma grande parte da sua vida, curvando-se perante a sua memória de Cidadão Íntegro, Honesto e Trabalhador, tenaz e determinado resistente na defesa da Liberdade do seu Povo e de todos os Povos do mundo.
2. Dirigir aos seus filhos, netos, bisnetos e restante família, e aos muitos amigos de Luís Mesquita, os protestos do maior respeito pela personalidade e pelo trabalho que desenvolveu em favor da comunidade, e um fraternal e sentido abraço de condolências mas também de profunda amizade e solidariedade, na firme convicção de que homens da estirpe de Luís Mesquita não morrem, porque permanecem sempre, firmes, na nossa memória coletiva.”

7.1.1.4 - Voto de Pesar pelo falecimento de “Mestre Zé” José da Silva Pinho

Faleceu, no passado dia 30 de Dezembro de 2015, aos 90 anos de idade, o Cacilhense, Homem do Tejo, das suas águas e dos seus barcos, “Mestre Zé” como ficou conhecido entre todos, José da Silva Pinho nome que consta do seu registo oficial.

Desde muito jovem, criança ainda, e até à idade em que chegou a reforma por invalidez, a maior parte da vida de “Mestre Zé” foi passada sobre as águas do seu rio, do rio Tejo.

Colecionador por natureza, “Mestre Zé” nutria uma paixão e um interesse muito especial pelo rio Tejo e pelos barcos que sulcavam as suas águas. Paixão que estendia a todos os outros tipos de embarcações.

Fruto das inúmeras imagens e muitos livros que guardava e consultava sobre toda a espécie de embarcações, “Mestre Zé” era um letrado em matéria de marinharia, jamais regateando a partilha dos saberes adquiridos com a experiência e com a leitura, com todos quantos, interessados, o procuravam para conhecer um pouco melhor essa realidade tão próxima de nós todos.

“Mestre Zé” nasceu em Lisboa, no bairro de Alfama, Freguesia de São Miguel, em 16 de Março de 1925. Filho único, o seu pai Manuel Pinho, conhecido por “Relvas”, trabalhou toda a sua vida ligado às atividades que o rio Tejo oferecia, facto que levou o jovem José a conviver de muito perto, primeiro com a beira-Tejo, e mais tarde com as próprias águas do rio.

Começava-se a trabalhar cedo na época da meninice de “Mestre Zé”. Com somente nove anos de idade, vendia já os jornais que ajudavam ao seu ganha-pão e da família, bem perto das águas do Tejo junto ao cais das Colunas, em Lisboa.



Com 12 anos, em 1937, inicia a sua caminhada no mundo do trabalho ligado às águas e ao Tejo. Começa nesse ano a trabalhar como “ajudante” na fragata “A Corticeira”, uma das muitas embarcações daquele tipo que na época asseguravam, em permanente vaivém entre margem esquerda e margem direita, o transporte de toda o tipo de mercadorias, ligando os diferentes cais de Lisboa ao Montijo, Barreiro, Alcochete e Vila Franca de Xira.

Dois anos depois obtém a Cédula Marítima, título que lhe permite passar, a partir dos 14 anos, do exercício de funções de “ajudante” para as funções de “moço”, subindo um degrau na hierarquia dos três tripulantes que compunham a tripulação de uma fragata do Tejo.

Rapidamente, “Mestre Zé” transfere-se da fragata para um varino, onde o arrais pagava melhor os seus serviços, e mais rapidamente ainda passou para o rebocador “Fuinha”, melhorando igualmente o salário recebido em troca do seu esforço e do seu trabalho.

Aos 18 anos “Mestre Zé” ingressa como trabalhar na Companhia Colonial de Navegação (CNN). Ainda com a categoria de “moço”, integra a tripulação de um batelão que assegurava o transporte de carga a granel e outra, navegando então entre Lisboa, Aveiro, Porto e Viana do Castelo.

Em 1946, com 21 anos de idade, casa-se com Maria Austrelina, natural de Vila Nova de Gaia. Foi então no Norte do País que “Mestre Zé” passou a residir; no ano seguinte, em Maio, é pai de uma menina.

“Mestre Zé” foi subindo, ao longo dos anos, na carreira que abraçou: foi sucessivamente moço, marinheiro, arrais, contramestre, obtendo finalmente em 1952 a carta de Mestre, o topo da carreira de quem trabalha navegando nas águas, nem sempre calmas, de rios e mares.

Em 1951 “Mestre Zé” fixa-se em Almada, e em 1952 na Cova da Piedade, abandonando então definitivamente o transporte costeiro, e centrando toda a sua atividade no rio Tejo. Durante alguns anos partilha o exercício da sua profissão entre a lancha “Monfortinho” - que conduzia e fazia passar os cabos dos navios de grande calado para atracagem em terra -, e o rebocador “Monsanto”, neste já como o cargo e a responsabilidade de contramestre.

“Mestre Zé” viria ainda a tripular o rebocador “Mutela”, no qual iniciou carreira como 2º marinheiro, tendo chegado a Mestre e responsável pela embarcação, funções que manteve até 1983, ano em que após mais de 40 anos de serviço no rio e nos mares, passa à condição de reformado.

Ao longo da sua carreira, “Mestre Zé” passou por diversas embarcações: pelo “Cargueiro do Geada”, pelos batelões “Miguel”, “Ota” “César” e “Arneiro”, e pelos rebocadores “Fuinha”, “Monsanto” e “Mutela”.

Como escreve Luís Bayó Veiga no Boletim nº 26 de “O Pharol”, que com a devida vénia citamos, *“Mestre Zé” tal como outros mais, passando a maior parte da sua vida sulcando as águas do Tejo, entre fragatas, batelões e rebocadores, é para todos nós, o testemunho vivo*



de histórias, aventuras e memórias, que desde os tempos imemoriais, o rio Tejo tem sido pródigo”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2016, delibera:

1. Expressar o mais sincero voto de pesar pelo falecimento do “Mestre Zé”, José da Silva Pinho, insigne Cidadão Cacilhense e Almadense, trabalhador marítimo ao longo de mais de quatro décadas da sua vida, curvando-se perante a sua memória de Cidadão Íntegro, Honesto e Trabalhador.
2. Dirigir à sua Família, aos Cacilhenses e a todo o Povo de Almada, os protestos do maior respeito pela personalidade e pelo trabalho que desenvolveu ao longo da sua vida, e as mais sentidas condolências e solidariedade no momento em que fisicamente deixa o nosso convívio, permanecendo contudo na nossa memória coletiva.”

7.1.1.5 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Virgolino Coutinho

Faleceu no passado dia 21 de fevereiro o Cidadão Virgolino Coutinho, natural de Elvas onde nasceu a 16 de março de 1936 e residente em Almada.

Virgolino Júlio Santos Coutinho de seu nome completo, foi um profissional tipógrafo de elevado nível, industrial gráfico estabelecido em Cacilhas durante muitos anos. Desde sempre ligado às artes Gráficas foi também um homem no meio das letras ajudando com o seu saber profissional e valor solidário a editar muitos e muitos livros de autores almadenses, assim como compôs durante anos Boletins de coletividades, principalmente da Incrível Almadense e SCALA.

Foi assim grande colaborador da comunidade de escritores, poetas e artistas almadenses e como tal considerado como parte da construção da afirmação de Almada como Cidade Cultural.

Virgolino Coutinho era um homem conhecido e reconhecido do movimento associativo popular do Concelho de Almada e uma referência na defesa dos valores mais nobres da causa associativa popular. Era sócio e foi dirigente ativo, empenhado e referência da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, do Ginásio Clube do Sul, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada, da Sociedade Columbófila “Os Águias”, da Sociedade Cultural de Artes e Letras de Almada.

Virgolino Coutinho foi um dos fundadores do Clube Columbófilo “Os Águias” e da SCALA e entre outros e variados cargos foi Presidente do Ginásio Clube do Sul, Vogal da Direção e Presidente do Conselho Fiscal da Incrível Almadense, Vogal e Vice-Presidente da Direção e Presidente do Conselho Fiscal da SCALA.

Virgolino Coutinho era um homem afável, meigo, simples, próximo de todos, mas ao mesmo tempo escondia-se na sombra de outros, anti protagonista detestando o “eu” e privilegiando o



coletivo, acima de tudo solidário, amigo, sempre pronto a dar a mão ao próximo, a prestar ajuda.

Em 2014 a sua Incrível prestou-lhe homenagem proclamando-o Sócio de Mérito. Em 2015 era sócio nº 348.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada em Reunião Plenária realizada no dia 25 de fevereiro de 2016 declara o profundo pesar pelo falecimento de Virgolino Coutinho, exalta o seu exemplo de cidadão e associativista e apresenta à sua Família enlutada sentidas condolências.”

7.1.1.6 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Gilberto Marques

Gilberto Simões Marques, destacado desportista almadense, faleceu no passado dia 31 de janeiro.

Iniciou a sua atividade desportiva aos dez anos como praticante de ginástica, mas também foi atleta do andebol, atletismo, ciclismo, luta e boxe, no entanto foi no futebol que mais se destacou e onde representou o Almada. Jogou também no Ginásio Clube do Sul, no Clube Desportivo da Cova da Piedade, no Amora, no Grupo Desportivo de Sesimbra e no Montijo.

A sua vida dedicou-a totalmente ao desporto quer como jogador, quer como treinador.

E se como jogador deu nas vistas, foi no entanto como treinador que mais se notabilizou. Sob o seu comando, orientação, saber e competência, no clube do seu coração, o Almada Atlético Clube, treinou várias gerações de jogadores muitos dos quais acabariam por ser grandes referências do futebol nacional, entre os quais se referem Horácio Rodrigues, Galo, Oceano, Cruz, Edinho, Simões, Paulo Monteiro, Spencer, Quinito, Vitor Batista e Francisco Mário.

Ainda como treinador no Almada Atlético Clube foi várias vezes campeão distrital de iniciados e juvenis e na época de 1975/76 foi campeão nacional da segunda divisão em juniores.

Sócio do Almada desde 1949 foi um grande protagonista de períodos gloriosos do futebol do Almada Atlético Clube, onde também era conhecido pelo “Gigi”.

O campo de jogos do Pragal foi a sua segunda casa e até não raras vezes a primeira e mesmo depois de deixar de ser treinador, Gilberto Marques continuou a colaborar nas iniciativas e em particular nas obras realizadas no campo e sempre disponível para ajudar o seu “Almada”.

Nas comemorações dos 60 anos do andebol do Almada, que ocorreram em 2004, Gilberto Marques foi homenageado sendo-lhe entregue a medalha comemorativa.

Era sócio de mérito da Associação de Futebol de Setúbal.

Gilberto Marques foi um cidadão e desportista empenhado que serviu a sua terra com brio e dignidade, tendo o Município de Almada por deliberação unânime da sua Câmara Municipal, atribuído-lhe em 1994 a Medalha de Prata de Mérito Desportivo.



A Assembleia Municipal reunida em plenário no dia 25 de fevereiro de 2016, manifesta pesar pelo falecimento do cidadão desportista Gilberto Simões Marques, e apresenta à sua Família enlutada as mais sentidas condolências.”

7.1.1.7 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Álvaro Rocha Martins

Álvaro Rocha Martins, natural da freguesia de Odeceixe do Concelho de Aljezur, residente em Almada, faleceu com 75 anos, no passado dia 19 de fevereiro de 2016.

Engenheiro Técnico Civil, exerceu a sua profissão na Sociedade Portuguesa de Explosivos - SPEL, no Arsenal do Alfeite e na Câmara Municipal de Almada onde exerceu o cargo de Chefe de Divisão da Salubridade. Foi também consultor de várias empresas na área da higiene e segurança no trabalho e da proteção civil.

Era presentemente membro do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, designado pela Assembleia Municipal, funções que vinha exercendo nos últimos quinze anos de forma voluntária e sem nada receber.

Álvaro Rocha Martins foi um participante ativo e empenhado na ação do Poder Local Democrático. Em 1986 foi o cabeça de lista do Partido Renovador Democrático - PRD à Assembleia de Freguesia de Cacilhas, integrando também a lista à Assembleia Municipal de Almada.

Foi um cidadão empenhado no desenvolvimento da sua cidade de Almada, participante ativo, orador incisivo nos debates sobre as opções de desenvolvimento e os projetos estratégicos para o progresso do Concelho de Almada.

Tinha particular atenção e dedicação às questões ambientais que assumia como determinantes de um desenvolvimento sustentável.

Foi também um homem de Abril, defensor dos seus valores e causas.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 25 de fevereiro enaltece o homem, o cidadão, o profissional que foi Álvaro Rocha Martins, manifesta profundo pesar pelo seu falecimento e apresenta à sua Família as mais sentidas condolências.”

7.1.1.8 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Fernando Paixão

Fernando Martinho Paixão dos Santos, de seu nome completo, convicto democrata, conhecido dirigente associativo almadense e empresário empenhado, faleceu aos 81 anos, no passado dia 17 de janeiro de 2016.

Fernando Paixão aderiu ao Almada Atlético Clube em setembro de 1956, faria 60 anos de sócio no presente ano de 2016.

Foi o 13º presidente da direção do “Almada”, exercendo o cargo entre 1972 e 1981. Pela sua ação e dedicação ao Clube foi distinguido e proclamado sócio de mérito

Homem associativo fortemente ligado à história e a estórias do Almada Atlético Clube, dirigente competente, foi uma vez mais homenageado pela sua Coletividade ao ser convidado



de honra (e esteve presente) na sessão de encerramento da XXXIV edição do Torneio Internacional de Andebol do Almada, ocorrida na primeira semana do mês de julho de 2014.

Na sua vida dedicada ao movimento associativo popular foi também presidente da direção do Amora Futebol Clube, do Concelho do Seixal.

Fernando Paixão integrou e sentia-se parte da geração de democratas e associativistas que antes como depois de Abril afirmaram e prestigiaram o movimento associativo popular almadense, enquanto espaço de voluntariado, e escola de civismo, de solidariedade, de cultura e de desporto.

A sua vida profissional dedicou-a com reconhecido mérito à direção de empresas.

Foi um empresário ativo, criativo e empreendedor, sendo referência na área da restauração do Concelho de Almada, em que foi proprietário ou coproprietário de casas referência como o “Cajado”, a “Calhandra” ou o “Canecão”.

Foi também proprietário da empresa de “Confeções Tejo” com a sua fábrica na rua de Olivença.

Foi gerente do “Onda Parque” da Caparica no período áureo do seu funcionamento.

A seguir ao 25 de Abril de 1974 foi contratado pela Comissão de Trabalhadores da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi, para confeccionar e fornecer ao refeitório da empresa as refeições dos trabalhadores.

Fernando Paixão viveu de forma intensa e apaixonada as grandes transformações da revolução de abril de 1974.

Era também um cidadão empenhado no progresso do Concelho de Almada, reclamava ser almadense e Almada a sua terra, embora fosse natural de Mangualde.

Fazia amigos com facilidade, sempre pronto a ajudar o próximo, considerava e era considerado como sempre afirmava ter em Almada muitos “amigos do peito”, muitos “amigos do coração”.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 25 de fevereiro de 2016, presta pública e sentida homenagem à memória do cidadão Fernando Paixão e apresenta aos seus filhos e filhas Jorge, Fernando, Sónia e Maria Filomena, aos seus netos e demais família, o mais profundo pesar e solidariedade, assim como ao Almada Atlético Clube.”

7.1.1.9 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Vasco Valdez

Faleceu, aos 90 anos de idade, Vasco de Almeida Valdez Bandeira.

Vaco Valdez, como era conhecido e tratado, estudou no Colégio Militar, tendo tirado a licenciatura em Medicina Veterinária.

Foi ativo no movimento associativo estudantil e no MUD Juvenil nos anos 50, aderiu ao PCP ainda na sua juventude, tendo sido, por isso, perseguido pela PIDE, preso e julgado.

Exerceu o cargo de Diretor do Centro de Biologia do Ultramar.



Nos anos 60 e até 1974 trabalhou na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, FAO, em diversos países e posteriormente na respetiva sede, em Roma.

Foi professor de biologia na Universidade de Évora e depois na Universidade do Algarve.

Colaborou com diversas instituições científicas nacionais e estrangeiras.

Foi assessor da Federação Nacional dos Sindicatos das Pescas e colaborador ativo da Mútua dos Pescadores.

Como biólogo integrou, ainda, o grupo de trabalho do PCP para as Pescas, com particular envolvimento no Concelho de Almada.

Residente no nosso Concelho, em S. João da Caparica, foi eleito nas listas da CDU tendo exercido as funções de Presidente da Assembleia de Freguesia da Trafaria no mandato 1994/1997.

Vasco Valdez foi um cidadão lutador empenhado pelos ideais da Liberdade, Democracia e Justiça Social. Foi, igualmente, um intelectual lutador pelas causas ambientais e pelo desenvolvimento económico assente na diversificação do aparelho produtivo, da agricultura e das pescas, condições indispensáveis para garantir a soberania e a independência nacionais.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Vasco de Almeida Valdez Bandeira, expressando à sua família, amigos e ao seu Partido, o Partido Comunista Português, as suas sentidas condolências.”

7.1.2 - O Sr. Deputados Municipal José Ricardo (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de João Reboredo

Faleceu João Reboredo na noite de 18 de janeiro, aos 70 anos.

O cidadão João Reboredo, formado em Direito, distinguiu-se pela promoção e divulgação da área da gastronomia nacional e internacional, assim como na organização de eventos e tertúlias ligadas ao meio artístico, nomeadamente nas décadas de sessenta e setenta do século passado

Nas suas realizações, João Reboredo afirmou-se com um carácter e estilo muito próprios. Como gastrónomo assumiu, em estreita colaboração gratuita com a Junta de Freguesia da Costa de Caparica, a organização e dinamização do Concurso de Caldeiradas.

Em termos associativos desempenhou um papel relevante em diversas áreas ligadas ao turismo, gastronomia, desporto e cultura.

Na Costa de Caparica, terra que o acolheu há mais de 60 anos, desempenhou um papel impulsionador nas dinâmicas gastronómicas e culturais, estudando e organizando o primeiro Concurso dos Comeres Caparicanos.



Na sua área de eleição foi formador na área da restauração/pastelaria, sendo inclusive membro de júri no Centro de Formação Profissional para o Setor Alimentar (CFPSA), assim como na Casa Pia de Lisboa.

Ao longo da sua vida, exerceu entre outros os seguintes cargos de:

- Presidente do Grupo Desportivo dos Pescadores da Costa de Caparica.
- Presidente da Associação de Desenvolvimento Turístico da Costa de Caparica.
- Confrade fundador da recém criada Confraria da Caldeirada de Peixe de Mar.
- Presidente do Rotary Club.
- Membro do Conselho Municipal de Segurança.
- Colaborador de todos os eventos gastronómicos promovidos pela Junta de Freguesia da Costa de Caparica.

João António da Silva Oliveira Reboredo destacou-se pela sua abnegação, frontalidade e seriedade na defesa dos ideais e valores que sempre orientaram a sua vida: a Educação, a cultura, o desporto, o associativismo, a gastronomia e a cidadania.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de fevereiro de 2016, expressa à família enlutada, aos amigos e companheiros de trabalho de João Reboredo, ao Movimento Associativo da Freguesia da Costa de Caparica e do Concelho de Almada, e à Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia da Costa de Caparica, as mais sentidas condolências pela perda deste insigne Cidadão de Almada e a sua mais profunda solidariedade neste momento de grande tristeza.”

7.1.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Galvão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar por Almeida Santos

Faleceu no passado dia 18 de Janeiro o Presidente Honorário do Partido Socialista e insigne Democrata, António de Almeida Santos.

Combatente desde sempre pelos valores da Democracia, nos tempos da ditadura e depois do 25 de Abril, António de Almeida Santos granjeou a admiração e o respeito, não apenas de amigos e camaradas, mas também dos adversários políticos, devido à enorme elevação e ao humanismo sempre demonstrados no exercício dos mais variados cargos públicos que desempenhou ao longo de uma vida tão preenchida e tão ativa até ao fim.

A sua muito distinta capacidade tribuniária fez dele um terrível adversário da ditadura, também na defesa de presos políticos, designadamente em Moçambique, e depois do 25 de Abril um parlamentar incomparável, tendo-o demonstrado como deputado, presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, mais tarde, como um notável Presidente da Assembleia da República, cargo que moldou como ninguém.



Foi - como jurista de exceção - o artífice de uma parte substancial da malha legislativa no dealbar da Democracia portuguesa, contribuindo decisivamente para a construção do Estado de Direito Democrático no nosso país.

Na sua ação fez da capacidade de diálogo, da consensualização e da concertação política - sem abdicar da firmeza das suas ideias - uma verdadeira arte e uma das suas imagens distintivas.

Ministro dos primeiros quatro governos provisórios (viria ainda a fazer parte do VI), desempenhou um papel crucial nas negociações com os movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas com vista à sua independência. Viria ainda a ser ministro de três governos constitucionais liderados por Mário Soares.

Presidente do Partido Socialista entre 1992 e 2011, cargo que exerceu sempre de forma exemplar, merecendo o apoio e o carinho de todos, foi eleito em Congresso como presidente honorário, numa justa e sentida homenagem a alguém capaz de reunir um conjunto de qualidades dificilmente igualável. Um verdadeiro príncipe da Democracia, que perdurará na memória de todos.

O seu contributo para a construção da Democracia em Portugal, os relevantíssimos serviços prestados ao seu Partido e ao seu País, fazem dele uma figura de referência inesquecível para todos os socialistas, em particular, e para os democratas em geral.

Neste momento de tanto pesar, a Assembleia Municipal de Almada, reunida 25 de fevereiro de 2016, presta justa homenagem ao Democrata e apresenta as suas mais sentidas condolências ao Partido Socialista e à família de António de Almeida Santos.”

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 - A Manifestação de Pesar pelo falecimento do Cidadão Vasco Malpique, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Teotónio Pereira, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Mesquita, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento do “Mestre Zé José da Silva Pinho, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.5 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Virgolino Coutinho, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.6 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Gilberto Marques, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.7 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Álvaro Rocha Martins, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.



7.2.8 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Fernando Paixão, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.9 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Vasco Valdez, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.10 - O Voto de Pesar pelo falecimento de João Reboredo, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins, foi aprovado por unanimidade.

7.2.11 - O Voto de Pesar por Almeida Santos, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Galvão, foi aprovado por unanimidade.

7.2.12 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 - Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, para uma declaração política.

7.3.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Assembleia da República aprovou na generalidade a proposta de Orçamento de Estado para 2016.

Ainda que de forma limitada, a CDU entende que a proposta de Orçamento de Estado para 2016 traduz já a adoção de medidas e disposições que respondem a alguns dos problemas mais imediatos do povo português, medidas e disposições que são fruto de uma nova correlação de forças na Assembleia da República, alcançada no quadro de um longo processo de luta dos trabalhadores e do povo.

A aprovação na generalidade da proposta de Orçamento de Estado para 2016 demonstra, em termos gerais, que Portugal não está condenado a seguir o caminho de retrocesso e empobrecimento que o anterior Governo do PSD e CDS-PP procurou impor a todos nós.

Entendemos que a aprovação na generalidade da proposta de Orçamento de Estado para 2016 demonstra igualmente, naquilo que ao Poder Local Democrático se refere, que a permanente afronta e desrespeito, intensificada pelo Governo do PSD e do CDS-PP, à autonomia administrativa e financeira deste pilar essencial do Estado de Direito Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa - que saudamos e celebramos no seu 40º aniversário -, não é o caminho certo nem adequado ao desenvolvimento e bem-estar das populações, e que um outro caminho, que a CDU tem insistentemente defendido e proposto no sentido do respeito e consideração mútuos entre todos os níveis do poder político em Portugal, é possível e é desejável.

A situação particularmente grave, imposta aos Municípios e Freguesias ao longo dos últimos quatro anos, caracterizada pela cega aplicação de medidas de austeridade, sempre e sempre aprofundadas e agravadas, teve necessariamente reflexos profundamente negativos no trabalho desenvolvido pelo Poder Local Democrático em Portugal.

A proposta de Orçamento de Estado para 2016 incorpora de facto, neste domínio, aspetos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

positivos que devemos relevar e sublinhar, em resposta clara àquela realidade profundamente negativa vivida nos últimos anos e numa perspetiva de rutura com essa prática política, profundamente nefasta para os interesses nacionais.

A proposta de O.E para 2016, ainda que aquém daquilo que os trabalhadores exigem e a que têm direito, não podemos deixar de relevar que deixou de ter artigos inconstitucionais, cortes em salários e pensões de reforma e aumentos em sede de IRS. Com efeito, reduz a sobretaxa do IRS, com base na progressividade e sua eliminação total no próximo ano, que aumenta o Salário Mínimo Nacional para 530 euros, sendo que seria possível ir além deste valor de aumento.

Esta são medidas que melhorando, ainda que limitadamente, a vida dos trabalhadores da administração local, contribuirão necessariamente para melhorar também a capacidade de resposta às necessidades das populações no quadro das competências e atribuições próprias das Autarquias Locais.

A CDU sublinha, nesta matéria, a posição expressa pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na sequência da sua reunião realizada há dias, na qual deixa muito claros os desastrosos efeitos da política de asfixia chamada “austeridade”, prosseguida nos últimos quatro anos.

Diz aquele órgão da ANMP que “no plano financeiro, as reduções sucessivas em valores não só nominais como reais, conduziu a uma dramática quebra de investimento e à redução, ou mesmo supressão, de serviços prestados às famílias e aos agentes económicos”, e que no plano da autonomia “a usurpação de competências municipais e a criação de uma rede muito complexa de normas paralisadoras da ação municipal” foi a pedra de toque do anterior Governo do PSD e do CDS-PP.

É bem verdade que assim foi.

O investimento sofreu uma quebra generalizada que atingiu quase 74%, com reflexos em obras e equipamentos.

Os Municípios e Freguesias foram forçados a reduzir e limitar, quando não impossibilitados de todo, a contratação de trabalhadores, que se traduziu na redução e até paralisação de importantes serviços prestados às populações.

O Governo Central manteve uma postura de ingerência inaceitável na organização dos serviços municipais e suas estruturas dirigentes, prejudicando a sua qualidade e operacionalidade.

A atividade cultural, desportiva e recreativa foi violentamente asfixiada, consequência de fortes limitações, práticas e administrativas, à concessão de apoios à atividade das coletividades, clubes e associações.

Face a esta realidade, que sem dificuldade podemos qualificar de catastrófica, entende a CDU que a proposta de Orçamento de Estado para 2016 responde, pela primeira vez em muitos



anos, de forma positiva a algumas das práticas e das políticas prosseguidas nos últimos quatro anos relativamente ao Poder Local Democrático, destacando-se entre outras:

- Mantém o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas (IMT) na esfera das receitas municipais;
- Exceciona os empréstimos destinados ao financiamento da contrapartida nacional de investimentos cofinanciados pelos fundos europeus do limite legal de endividamento dos Municípios;
- Elimina as isenções e reduções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transações Onerosas (IMT) aplicadas aos fundos de investimento pelo anterior Governo do PSD e do CDS-PP;
- Repõe as competências municipais ao nível do recrutamento de trabalhadores, incluindo a eliminação da tutela do ministro das finanças nas contratações em Municípios que se encontrem em situação de saneamento ou rutura financeira;
- Elimina o não aumento do prazo como condição obrigatória para as operações de substituição da dívida;
- Considera a competência dos órgãos municipais no que se refere à deliberação sobre isenções totais ou parciais de IMI e IMT;
- Elimina a consignação relativa a aumentos de receita provenientes de IMI e de participação nos recursos públicos pelos Municípios;
- Repõe a cláusula de salvaguarda do Imposto Municipal sobre Imóveis, protegendo as famílias de potenciais aumentos brutais da coleta deste imposto.

Como referimos logo no início desta declaração política, esta proposta de Orçamento de Estado para 2016, traduzindo avanços importantes que já referimos, revela ainda limitações e constrangimentos que impõem um continuado trabalho no sentido da sua superação.

No que respeita às finanças locais, entre outras questões, a proposta mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente impede.

Persiste igualmente no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, cujos efeitos são avaliados em cerca de 300 milhões de euros retirados às Autarquias Locais.

Não prevê a redução do IVA para 6% no que se refere às refeições e transportes escolares, e à iluminação pública, realidade que afeta muito negativamente a saúde das finanças locais, e que não compreendemos num momento em que se anuncia, muito justamente, a redução da taxa de IVA a aplicar à restauração, mantendo estes serviços públicos sujeitos à taxa normal.

No que respeita à autonomia administrativa e financeira dos Municípios, a CDU considera que a proposta de Orçamento de Estado para 2016 apresenta algumas insuficiências ao nível de áreas essenciais à administração dos Municípios e Freguesias, destacando-se a não reposição



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

das competências municipais no que respeita à organização de serviços e cargos dirigentes, e à não aplicação à administração local da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Não prevê a restituição às populações das 11 Freguesias do concelho de Almada.

Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas Municipais,

A CDU entende que estamos perante uma proposta de Orçamento de Estado que permite perspetivar uma rutura real com um passado recente extremamente negativo para a esmagadora maioria dos portugueses e portuguesas, consequência das opções e das políticas prosseguidas pela direita, pelo PSD e CDS-PP.

A CDU tem a consciência, igualmente, que se trata de uma proposta de alcance ainda limitado, que fica aquém do que os trabalhadores e trabalhadoras exigem e merecem, pelo que é necessário prosseguir o trabalho no sentido da garantia da reposição integral de todos os direitos sonogados aos portugueses nos últimos anos.

A CDU entende que é possível, ainda no quadro da discussão na especialidade da proposta de Orçamento de Estado para 2016, introduzir alterações capazes de melhorar a proposta e defender os interesses e anseios da maioria da população do nosso País.

A CDU considera que, também, é tempo de, na avaliação do processo imposto para a organização do território, restituir às populações as onze Freguesias no concelho de Almada.

Saudamos a disponibilidade já afirmada pelas forças políticas que detêm a maioria na Assembleia da República, para em sede de especialidade estudar, propor e acolher propostas de alteração que possam traduzir a melhoria de alguns aspetos essenciais para a vida quotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas.

A CDU acredita firmemente que um caminho de alternativa política, económica e social que rompa decisivamente e definitivamente com a política de asfixia, empobrecimento e verdadeiro retrocesso civilizacional que o nosso País viveu nos últimos quatro anos, é possível a partir do novo quadro político e da nova correlação de forças presente na Assembleia da República, correspondendo à vontade expressa pela maioria dos portugueses de forma clara nas eleições do passado dia 4 de Outubro.”

7.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Luís Palma - Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando uma Moção/Saudação à Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018); Eva Gomes (apresentando uma Moção/Saudação à Orquestra de Câmara de Almada); Carlos Revés (apresentando uma Moção/Saudação ao XIII Congresso da CGTP-IN); João Geraldês (apresentando uma Moção/Deliberação sobre a Cozinha Partilhada de Alfazina); Nuno Vitorino (apresentando uma Moção/Deliberação sobre a Cozinha Comunitária nas Terras da Costa); Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira (apresentando uma Moção/Saudação aos



SMAS de Almada no 1º lugar no Pipe Contest Portugal e “Tubo de Ouro” para melhor informação institucional e empresarial); Carlos Guedes (apresentando Moção/Recomendação sobre 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa; Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde e Moção/Deliberação Pela justiça na tributação do IMI); Alexandra Correia (apresentando uma Moção/Deliberação sobre Alimentação de animais de rua); Nuno Matias (apresentando Moção/Deliberação sobre o Mercado do Laranjeiro: Um fim anunciado; Moção/Deliberação sobre o Arsenal do Alfeite um estaleiro público ao serviço de Portugal); José Gabriel (apresentando uma Moção/Deliberação sobre a Revogação da extinção de tribunais); Paulo Sabino (apresentando uma Moção/Deliberação sobre as Abordagens locais ao empreendedorismo jovem e ao risco); Luísa Ramos (apresentando uma Moção/Saudação ao 8 de março - Dia Internacional da Mulher); António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação sobre Congratulação pela transmissão em vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Almada; Moção/Deliberação sobre a CERCISA e Moção/Deliberação sobre o Quartel da GNR Caparica/Trafaria) e Luísa Ramos (apresentando uma Moção/Deliberação Por um novo regime de arrendamento apoiado).

7.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação “Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018”

No decurso das quatro décadas de poder local democrático, o município de Almada construiu e colocou em funcionamento uma rede de infraestruturas desportivas municipais de referência nacional.

Empenhou-se com o Movimento Associativo Desportivo local no apoio a múltiplos projetos de desenvolvimento, apostando sistematicamente na formação desportiva.

Impulsionou a utilização de espaços naturais e informais de modo a responder as necessidades e aspirações da população que pretende praticar desporto e /ou atividade física de forma regular.

Fruto do trabalho de massificação desportiva desenvolvido pelas autarquias e pelos agentes desportivos locais, de Almada emergiram inúmeros atletas de dignificaram as cores quer da cidade de Almada quer da bandeira nacional, alcançado títulos e prestações de referência nacional e internacional, assumindo-se como referências de vida para a população em geral e em particular para os jovens atletas demonstrando ser possível alcançar e superar títulos e marcas.

A dinamização desportiva do território gerou sentimento de pertença, da população tendo como pilares o Movimento Associativo desportivo, cultural e recreativo.



A promoção da atividade física contribuiu para a integração de cidadãos com necessidades especiais (deficientes e seniores) contribuindo para a socialização, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento humano, e para a promoção da saúde.

O acesso a prática desportiva pela generalidade da população, independentemente da condição económica, social ou étnica sustentou-se numa política de acessibilidade as instalações e espaços desportivos dando expressão a uma verdadeira política de desporto para todos, gerando e generalizando o gosto e interesse pela prática desportiva.

A ética e o fair play fazem parte da história e tradição do desporto em Almada, tendo diversos atletas, clubes e instituições recebido distinções de mérito constituindo-se como referências e exemplos a seguir.

A promoção da saúde, o gosto pela prática desportiva, a capacidade de superação, o sentimento de pertença, o gosto pelo exercício, são princípios há muito enraizados na estratégia de desenvolvimento desportivo em Almada, estando em sintonia com os objetivos defendidos pela ACES Europe, entidade que atribui anualmente as distinções de Capital e Cidade Europeia do Desporto.

A candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto em 2018, constitui-se como um ato de afirmação do trabalho coletivo desenvolvido há décadas por múltiplos agentes desportivos, autarquias e forças militares. Constitui-se como um reconhecimento do empenho de gerações de atletas dirigentes, famílias, escolas, técnicos, treinadores e professores.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela promoção desta candidatura, a qual pretende traduzir o esforço que tem sido feito no incentivo ao desporto e à atividade física.
2. Reconhecer o trabalho da equipa técnica da área desportiva do Município pelo empenho na elaboração formal deste processo de candidatura junto do ACES Europe - Associação das Cidades Europeias do Desporto.
3. Manifestar apreço pela candidatura de Almada como contributo pelo reconhecimento internacional do concelho, das suas políticas desportivas e incentivo à melhoria da sua ação junto das populações.”

7.4.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação à Orquestra de Câmara de Almada

O nascimento recente da Orquestra de Câmara de Almada traduz um acontecimento cultural particularmente feliz para o nosso Concelho, e um momento raro quando nos detemos e olhamos para o panorama cultural do nosso país.

Fundada em valores que afirmam a excelência, o profissionalismo, a criatividade, a partilha, a responsabilidade e a solidariedade social, a Orquestra de Câmara de Almada assume, na sua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“carta de apresentação”, a missão primeira de promoção e sensibilização para a música, almejando constituir-se como contributo ativo e positivo no processo de desenvolvimento de cada indivíduo, e também no reforço da projeção de Almada para patamares de referência na arte e na cultura, lugares já ocupados pelo teatro e pela dança que se fazem na nossa Terra.

A Orquestra de Câmara de Almada é um projeto residente no Concelho de Almada, fundada numa estrutura fixa que integra 32 músicos profissionais. Na sua atividade assume uma íntima parceria com o recentíssimo Conservatório de Música de Almada, cujo corpo docente provém integralmente dos músicos da orquestra.

Nos objetivos primeiros deste ambicioso projeto cultural e artístico, inscreve-se o contributo para estreitar laços e relações com toda a comunidade, quer no que respeita à componente artística, como à sua intervenção social, e a partilha de experiências e parcerias com o meio associativo local e nacional, procurando abranger, criar e alargar públicos de diferentes origens.

No nosso Concelho, o teatro assume-se desde há longa data como uma expressão cultural de referência do Município no panorama nacional e internacional. Não é necessário aqui referir a importância da atividade desenvolvida pela Companhia de Teatro de Almada, pelo Teatro Extremo e pelas dezenas de outros projetos com atividade permanente na arte de representar a vida nos mais variados palcos da nossa Terra.

Também a dança tem feito um caminho muito próprio, contribuindo de forma ativa para a projeção de Almada enquanto território de excelência da criação e usufruto culturais. Não será igualmente necessário referir aqui a importância dos 25 anos ininterruptos de atividade da Companhia de Dança de Almada e dos seus projetos de desenvolvimento desta forma de expressão artística entre nós.

A música encontra agora uma oportunidade de excelência para trilhar o mesmo caminho com a constituição da Orquestra de Câmara de Almada, complementando a louvável componente amadora que as nossas bandas filarmónicas representam, e os acontecimentos ocasionais assegurados por orquestras consagradas, disponibilizando também neste domínio criativo e artístico uma oferta profissional continuada e multifacetada: na ópera, na dança, no teatro, em concertos comemorativos e evocativos, na música de cinema, no repertório clássico, em concertos didáticos, em ensaios abertos e em ciclos de conferências.

A Orquestra de Câmara de Almada irá apresentar-se em Almada em diversas iniciativas ao longo do ano de 2016: no concerto integrado nas comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de Março), na celebração da Revolução do 25 de Abril de 1974, nas Festas da Cidade e no Dia Mundial da Música, com concertos sinfónicos, e com quatro concertos de música de câmara, envolvendo os solistas da orquestra em datas ainda a determinar.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 25 de fevereiro de 2016, delibera:

Saudar vivamente a Orquestra de Câmara de Almada, os seus músicos, maestro, diretores e dirigentes associativos que puseram de pé este ambicioso projeto cultural e artístico, expressando os mais sinceros votos de êxito pleno nos seus objetivos de promoção do conhecimento da música, da cultura e do saber juntos dos públicos mais diversificados e abrangentes.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao XIII Congresso da CGTP-IN

Quando, a 1 de outubro de 1970, foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional assistiu-se a um romper com o corporativismo sindical que, até à data, era uma realidade. Esta criação contribuiu decisivamente para a intensificação da luta dos trabalhadores e do povo português, que conduziu à Revolução de 25 de Abril de 1974, à queda do fascismo e à conquista da liberdade e de importantes direitos individuais e coletivos.

O direito à contratação coletiva e ao Salário Mínimo Nacional, aos Subsídios de Férias e de Natal, à liberdade de organização sindical, à proteção social, ao ensino público e ao acesso aos cuidados de saúde e melhoria significativa da qualidade e das condições de vida são, entre tantas outras, algumas das conquistas que têm a marca indelével do movimento sindical protagonizado pela CGTP-IN, numa ação que moldou o Portugal democrático e consagrou o direito constitucional ao trabalho com direitos como pilar fundamental da liberdade nascida com a Revolução.

Ao longo destes mais de 45 anos de luta lado a lado com os trabalhadores portugueses, tem-se assistido a uma, cada vez mais, violenta intensificação dos ataques a estes direitos, tão arduamente conquistados no 25 de Abril.

A destruição da riqueza nacional, a subjugação do país a poderes supranacionais e aos interesses do grande capital e dos mais poderosos, o aumento das grandes fortunas enquanto a população continua a empobrecer, o corte constante nas verbas do Serviço Nacional de Saúde, da educação e da segurança social e consequente degradação das funções sociais do Estado, as privatizações de serviços públicos essenciais, a entrega de milhares de milhões de euros ao pagamento de juros aos usurários e para tapar os roubos da alta finança, são apenas algumas das consequências da ação de sucessivos Governos que, em estreita concertação com o patronato e em conluio com a União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, bloqueiam a contratação coletiva, promovem a precariedade, os baixos salários, o desemprego, a pobreza e a exclusão social.



É neste momento crucial da História e da luta secular dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e da própria dignidade humana, que se realizará, nos próximos dias 26 e 27 de fevereiro aqui em Almada, o XIII Congresso da CGTP sob o lema “Organização, Unidade e Luta - A Força dos Trabalhadores! Emprego com Direitos, Soberania e Progresso Social”.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 25 de fevereiro de 2016 delibera:

1. Saudar o XIII Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional.
2. Saudar todos os sindicatos, federações, dirigentes e delegados que participam nesta importante jornada de luta.
3. Saudar todos os trabalhadores, construtores e protagonistas deste projeto sindical, que participam ativamente nos seus sindicatos, instrumentos insubstituíveis que dão expressão à força do trabalho e dos que não se rendem, não desistem, nem abdicam da defesa do emprego e aumento dos salários, condições de garantia da melhoria das condições de trabalho e de vida e da transformação da sociedade.”

7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Cozinha Partilhada de Alfazina

A Câmara Municipal de Almada promove, desde Junho de 2015, o funcionamento da “Cozinha Partilhada de Alfazina”, situada no Monte de Caparica, resultado de uma parceria estabelecida entre a Câmara Municipal e as Agências de Desenvolvimento Local Arriba Tejo e Nova Almada Velha, contando ainda a colaboração do Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar.

Podendo albergar até oito projetos simultaneamente, numa escala de ocupação de 20 horas semanais a cada projeto, funcionando sete dias por semana entre as 8,00 horas e as 24.00 horas, esta “Cozinha Partilhada”, e os moldes em que funciona, afirma-se como um projeto municipal de características inteiramente inovadoras em Portugal, que estimula e apoia o desenvolvimento da atividade económica local assente, no fundamental, em micro e pequenos projetos empresariais.

Verdadeira incubadora de empresas - única no país no ramo do sector alimentar -, a Cozinha Partilhada de Alfazina permite que projetos de micro e pequena dimensão usufruam de um espaço de cozinha totalmente equipado, associado a áreas de embalagem, distribuição e armazenamento, instalações sanitárias e vestiários, mediante uma contrapartida praticamente simbólica, traduzida no pagamento de uma renda mensal de 125 euros, na qual se incluem os consumos de energia elétrica, água e acesso à internet, e a manutenção de equipamentos. A “Cozinha Partilhada de Alfazina” dispõe igualmente de um sistema de Higiene e Segurança Alimentar. O Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, parceiro do Município



neste projeto, auxilia as empresas instaladas no espaço da Cozinha no que respeita à adoção das medidas de segurança alimentar, desde o momento da receção das matérias-primas até à distribuição dos produtos transformados para consumo final. O Centro de Formação presta ainda apoio à elaboração da informação nutricional dos géneros alimentares distribuídos pré-embalados.

Este projeto municipal assenta na incubação de projetos empresariais constituídos há menos de um ano, ou a constituir num prazo de seis meses após a instalação, os quais deverão ter como objetivo a conceção, teste e introdução no mercado novos produtos alimentares.

Os candidatos que pretendam desenvolver atividade nesta Cozinha Partilhada necessitam apenas de formalizar uma candidatura através de formulário próprio, a qual será avaliada em função de critérios que passam pelo curriculum académico e profissional do promotor, viabilidade económico-financeira do projeto, enquadramento nos objetivos do equipamento e adequação ao espaço disponibilizado, podendo os projetos aprovados permanecer no equipamento pelo período máximo de três anos, prorrogável por mais dois anos, no caso de disponibilidade do espaço em função da escala de ocupações estabelecida.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

Saudar a iniciativa da Câmara Municipal de Almada de promoção do projeto “Cozinha Partilhada de Alfazina”, importante contributo do Município no apoio ao desenvolvimento da atividade económica local, estimulando o tecido empresarial e promovendo a criação de emprego e o desenvolvimento do Concelho.”

7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Cozinha Comunitária nas Terras da Costa

No passado dia 8 de Fevereiro foi atribuído à Cozinha Comunitária das Terras da Costa o prémio de Edifício do Ano na categoria ‘Public Architecture’, realizado no âmbito do ‘2016 ArchDaily Building of the Year Awards’.

Da autoria do ateliermob e Colectivo Warehouse, concebida e construída com os moradores do Bairro das Terras da Costa e com o trabalho solidário de dezenas de voluntários, o projeto contou com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e com o apoio de diversas entidades, com destaque para o projeto Casa do Vapor, cuja cedência da madeira usada na Biblioteca do Vapor foi determinante para o início da construção da Cozinha.

O reconhecimento nacional e internacional do projeto da Cozinha Comunitária das Terras da Costa, tão mais relevante quando considerados o conjunto de obras à votação e o modelo de atribuição do prémio, constituiu um sinal de claro reconhecimento do projeto, não somente do objeto arquitetónico, como dos objetivos e do processo que lhe estão subjacentes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A valorização de uma metodologia de projeto suportada na participação e na construção com os cidadãos, a opção clara pela dimensão social e coletiva da arquitetura e a sua condição instrumental na transformação da qualidade de vida das populações; a luta e a mobilização dos moradores na reivindicação e na construção de soluções para os problemas decorrentes da sua situação social e económica; mas também o reconhecimento da decisão e ação municipais, que tornaram possível a sua concretização, são dimensões indissociáveis deste reconhecimento, que importa relevar.

A Câmara Municipal de Almada, parceira desde o início do processo, assumiu a intervenção e o apoio públicos ao projeto num contexto de particular ataque aos trabalhadores e ao povo, e de recrudescimento de políticas sociais e económicas levadas a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP, e onde a decisão de liquidação, no final de 2013, do Programa POLIS da Costa da Caparica - e das soluções previstas para o realojamento, entre outros, dos moradores do Bairro das Terras da Costa -, se reveste de particular gravidade.

A decisão municipal de apoio à instalação da Cozinha Comunitária, no início de 2014, e à construção de um ponto de acesso franco a água potável, e ao seu uso em condições de salubridade; a construção, pelos Serviços Municipalizados de Almada, da rede de abastecimento de água e de saneamento, assumindo simultaneamente a qualidade da água e a salvaguarda do potencial agrícola dos solos em questão; a articulação e coordenação com ateliermob e o Colectivo Warehouse, e com a Fundação Calouste Gulbenkian com o objetivo da obtenção de um processo coerente e consequente; a valorização da organização popular e o apoio à sua intervenção, assumindo a urgência da proximidade e articulação permanentes com moradores e seus representantes; a valorização da intervenção dos serviços municipais, a mobilização dos trabalhadores para o processo; ou a articulação com as entidades com competências específicas sobre este lugar concreto, como por exemplo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, permitiram, de facto, a concretização do projeto da Cozinha Comunitária, facto que adquire no processo especial importância.

A inauguração da Cozinha Comunitária, a 8 de Dezembro de 2014 - praticamente um ano após a apresentação do projeto à Câmara Municipal - foi, neste sentido, mais que o corolário de um processo que permitiu aos moradores do Bairro das Terras da Costa o acesso a água potável, e a instalação de uma cozinha e de um tanque de lavagem de roupa, como resposta, ainda que assumidamente provisória, a algumas das necessidades da população residente. Constituiu-se como um desafio à capacidade de organização da população, sendo neste contexto particularmente relevante a criação da Associação de Moradores das Terras da Costa (AMTC), em Junho de 2015 -, enquanto primeiro passo de uma intervenção mais profunda, tendente à transformação efetiva das condições materiais de vida desta população. Mas também como possibilidade de aprofundamento da intervenção municipal, assumindo a



ação e o trabalho coletivos como caminho para a construção de um futuro melhor para os moradores do Bairro das Terras da Costa.

Decorridos cerca de quinze meses após a conclusão e inauguração da Cozinha Comunitária, importa valorizar a decisão municipal, em coerência e consequência com o processo anterior, de iniciar com a Associação de Moradores e o ateliermob a construção de um processo tendente ao realojamento dos moradores do Bairro das Terras da Costa, a importância da sua produção com os moradores na tradução das necessidades e das aspirações da população residente, mas também o desenvolvimento de um processo que aponte à transformação das suas condições de vida nas diferentes dimensões social, política e económica - e desde logo numa habitação digna, como prevê a Constituição da República Portuguesa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Saudar o ateliermob e o Colectivo Warehouse pelo reconhecimento do projeto 'Cozinha Comunitária das Terras da Costa' e pela atribuição do prémio de Edifício do Ano de 2016 na categoria 'Public Architecture' pela plataforma ArchDaily.
2. Saudar a Associação de Moradores das Terras da Costa e, por seu intermédio, todos os moradores do Bairro das Terras da Costa, pelo trabalho, luta e intervenção permanentes por melhores condições de vida.
3. Saudar a Câmara Municipal de Almada pelo apoio à construção da Cozinha Comunitária das Terras da Costa, pela intervenção e diligências realizadas para a sua concretização, e pela resposta a algumas das necessidades mais prementes da população residente.
4. Manifestar o apoio à Câmara Municipal de Almada na concretização de um processo de realojamento construído com os moradores, passível de assegurar aos mesmos, na Costa da Caparica, uma habitação digna e de qualidade, por intermédio de um processo que aponte a uma melhoria da situação social e económica da população residente no Bairro das Terras da Costa."

7.4.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação aos SMAS de Almada pelo 1º lugar no Pipe Contest Portugal e "Tubo de Ouro" para melhor informação institucional e empresarial

Decorreu no passado dia 2 de dezembro 2015 o Campeonato Nacional de Montagem de Ramais em Carga - Pipe Contest Portugal 2015. A prova, organizada pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas desde 2003, onde competem as entidades gestoras e empresas do sector das águas, tem uma forte componente lúdica motivada pela intenção de criar um espaço de convívio e união, fomentando a competitividade saudável entre todos os participantes. As equipas concorrentes têm que montar dois ramais ligados a



uma conduta em pressão, no menor tempo possível e com toda a técnica. A qualidade da execução e a aplicação rigorosa das normas de segurança, são condições decisivas na avaliação do desempenho e na atribuição da pontuação. O método de avaliação consiste na aplicação de penalidades, em tempo, atribuídas a cada incumprimento das regras da arte e dos regulamentos. As penalizações de tempo, são posteriormente adicionadas ao tempo final de concretização da montagem.

A equipa dos SMAS de Almada constituída por Marco Cabral, Márcio Ferreira, João Campos e José Campos conquistaram o 1º lugar neste concurso dando aos almadenses mais um motivo para se orgulharem do seu serviço municipalizado de água e saneamento e dos seus trabalhadores.

Na mesma data os SMAS de Almada foram ainda premiados com o "Tubo de Ouro" para a "Melhor informação institucional e empresarial", uma distinção atribuída no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e de Saneamento (ENEG).

Este prémio distinguiu a informação dos SMAS aos seus públicos, tendo o júri do concurso reconhecido a "Clareza da informação ao cliente", a "Mensagem e conteúdo, o "Design" e a "Inovação da comunicação", com destaque para as ações dos últimos dois anos, assim como a informação oficial e pública e as evidências, com indicadores de qualidade de serviço da entidade reguladora do setor (ERSAR).

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Saudar os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada pelo 1º lugar no Pipe Contest Portugal e pelo prémio "Tubo de Ouro" para "Melhor Informação Institucional e empresarial";
2. Reconhecer a orientação destes serviços para os seus clientes e públicos quer através da informação e comunicação clara, acessível e de proximidade, que vai ao encontro das expectativas dos utentes e comunidade Almadense quer através de uma política de divulgação da água pública e da gestão pública dos recursos."

7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma saudação particular para a TV Almada que hoje e pela primeira vez realiza a transmissão das sessões da Assembleia Municipal e por isso mesmo também uma saudação para quem em casa nos acompanha.

7.4.7.1 - Moção/Recomendação sobre 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa

No próximo dia 2 de abril comemora-se o 40º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa. Trata-se de uma data fundamental para a democracia.

É de realçar o seu conteúdo no que diz respeito às autarquias locais e à sua autonomia.

O Art.º 235º da Constituição da República Portuguesa consagra no ponto 1. "A organização



democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”. No ponto 2. “As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 25 de fevereiro de 2016, delibera a realização de uma iniciativa que assinale o 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, tendo em consideração que este ano também se comemora o 40º. Aniversário da eleição livre das Autarquias Locais.”

7.4.7.2 - Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

Há 42 anos, a esperança média de vida em Portugal era 64 anos para os homens e de 70,3 anos para as mulheres; atualmente é de 76,7 anos para homens e 82,6 anos para as mulheres, o que representa um aumento de quase 20,0% para os homens e de cerca de 18,0% para as mulheres.

Há 42 anos, a taxa de mortalidade infantil indicava que por cada mil crianças nascidas em Portugal 55 não completavam o primeiro ano de vida; atualmente, por cada mil nascimentos apenas 3 não sobrevivem ao primeiro ano de vida.

Em 42 anos, deixou de se dizer “tive 5 filhos mas só vingaram dois”. Em 42 anos, quebrou-se o ciclo da pobreza e da doença. Em 42 anos, conseguiu-se acabar com a indignidade de pessoas doentes não se tratarem por não terem acesso a cuidados de saúde nem meios para o pagar. Os princípios de abril, plasmados na Constituição, permitiram construir um serviço nacional de saúde (SNS) garantindo cuidados de saúde primários e hospitalares a todas as pessoas, disseminando no território hospitais e centros de saúde, assegurando a equidade no acesso e garantindo o acesso a cuidados médicos a todas as pessoas, a título universal, geral e gratuito.

Para implementar a sua missão, o SNS é financiado através do Orçamento de Estado. Como se compreende, é necessário que o orçamento atribuído ao SNS lhe permita assegurar as suas funções. Ao longo dos últimos quatro anos, o Governo PSD/CDS fez o orçamento do SNS recuar dez anos: em 2015 foi de 7,8 mil milhões, ao nível das dotações de 2005/2006. Entre 2010 e 2014, a despesa pública total com a saúde reduziu-se 5,5 mil milhões de euros. No entanto, o setor privado cresceu fulgorosamente graças ao Estado: entre 2010 e 2014, os pagamentos do Estado aos grupos privados aumentaram de 160 para 427 milhões (note-se que mais de um terço da faturação dos grupos privados é assegurada por pagamentos da ADSE e convenções com o Estado). O Orçamento do Estado para 2015 destinou 417 milhões para as parcerias público-privadas (PPP) na saúde e reservou 1200 milhões de euros para aquisição de serviços através de contratação externa.

São escolhas, é verdade. E o Governo PSD/CDS fez escolhas: pela austeridade, pelo apoio ao setor privado, pelo corte no setor público.

Consequentemente, as dificuldades do SNS avolumaram-se ao ponto de se registar falta dos



mais simples materiais (como luvas ou batas) ou das terapêuticas mais caras (como medicamentos oncológicos ou biológicos); os tempos de espera nas urgências atingiram limites impossíveis de aceitar e, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações tornou-se evidente.

Tudo isto perante equipas de profissionais levadas ao limite da exaustão, desfalcadas por falta de médicos, enfermeiros, técnicos e outros profissionais de saúde. A desmotivação tomou conta dos profissionais, desrespeitados nos seus direitos e carreiras, mal remunerados, sujeitos a enormes cargas de trabalho, prejudicados nos períodos de descanso impostos pela própria lei, limitados na sua realização profissional, sujeitos à incerteza da precariedade e - quantas vezes - usados como bodes expiatórios e culpados por falhas e problemas provocados pelas decisões das administrações ou próprio governo.

Os utentes depararam-se com taxas moderadoras que se transformaram em copagamentos, meios complementares de diagnóstico a atingirem valores absurdos, impossibilidade de dar continuidade a tratamentos por não poder pagar o transporte, tratamentos e cirurgias desmarcados por falta de material...

Sucederam-se os alertas dando nota das dificuldades do SNS.

Sucederam-se as evidências de que não era possível fazer mais com menos. Sucederam-se as provas de que a austeridade estava a degradar a qualidade e o acesso do SNS.

E sucederam-se as desvalorizações destes mesmos alertas pelo governo PSD/CDS.

Até que, da pior forma, deixou de ser possível ignorar que a austeridade mata.

Por tudo isto, é imperativo travar este processo de destruição do SNS.

É absolutamente fundamental assegurar que o SNS tem as condições orçamentais necessárias ao seu normal funcionamento e, para tal, é necessário aumentar o financiamento; um orçamento de 8,5% do Produto Interno Bruto PIB (hoje 5,9%, para uma média OCDE de 9,3%, tendo sido de 6,7% em 2012) permitiria o normal funcionamento do SNS. Este orçamento permitiria também por no terreno medidas determinantes como (i) a criação de um Fundo Especial para a Inovação Terapêutica, reduzindo nos orçamentos hospitalares o custo dos medicamentos inovadores, (ii) uma nova e efetiva política de promoção da saúde e prevenção da doença e (iii) investir na construção prioritária dos novos hospitais de Lisboa, Seixal e Gaia, no alargamento da rede pública de cuidados continuados e na implementação da rede nacional oncológica.

Os desafios que o SNS enfrenta são imensos. Travar a destruição em curso e salvar o SNS é uma missão crucial para a qual todos estamos convocados. Para que a austeridade deixe de matar.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Fevereiro de 2016, delibera:

1. Exigir ao Governo adequada orçamentação do SNS;



2. Solicitar ao governo o investimento público Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
3. Rejeitar a municipalização da saúde;
4. Solicitar ao governo que sejam desencadeadas as ações necessárias a assegurar a contratação pública de todas/os as/os trabalhadoras/es que exercem funções no SNS;
5. Solicitar ao governo que se abstenha de colocar trabalhadoras/es no SNS ao abrigo de contratos de emprego inserção (CEI) e contratos de emprego inserção + (CEI+);
6. Solicitar que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir médico de família a todas as pessoas inscritas nas unidades de cuidados de saúde primários.”

7.4.7.3 - Moção/Deliberação Pela justiça na tributação do IMI

Considerando que a Proposta de Lei n.º 12/XIII, que aprova o Orçamento de Estado para 2016 estabelece:

- a) Um conjunto de alterações ao Código do IMI e ao Estatuto dos Benefícios Fiscais visando uma maior justiça na tributação;
- b) A revogação dos benefícios fiscais em sede de IMI concedidos até agora aos Fundos de Investimento Imobiliário;
- c) A reintrodução de uma cláusula de salvaguarda quanto aos aumentos de IMI, prevenindo a perda acentuada de rendimento disponível das famílias em função dos aumentos de IMI, cláusula de salvaguarda essa apenas aplicável aos imóveis que sirvam de habitação própria e permanente ao sujeito passivo;

E considerando ainda que:

- d) Se terá de, com mais tempo e reflexão, proceder a uma reforma mais ampla da tributação do património;
- e) No entanto, subsistem algumas iniquidades na tributação em sede de IMI que poderão ser objeto de correção com a aprovação do Orçamento de Estado;
- f) Sendo disso exemplo a manutenção do tratamento privilegiado em sede de fixação da taxa de IMI nos prédios destinados a habitação própria e permanente do agregado familiar do sujeito passivo apenas em função da existência de dependentes a cargo;
- g) Importando assegurar que a tributação em sede de IMI tenha em consideração a propriedade de habitação própria e permanente, que merece ser privilegiada independentemente e aprioristicamente da existência de dependentes a cargo, sem embargo de se limitar essa aplicação a uma parte do valor patrimonial tributário do imóvel que se considere justa;
- h) Desta forma se assegura que todo e qualquer prédio destinado a habitação própria e permanente do proprietário é tributado de forma diferente da utilizada para a tributação de uma casa de férias ou de um imóvel destinado a rendimento;
- i) Persiste no Estatuto dos Benefícios Fiscais uma isenção específica para as misericórdias,



caso em que o benefício de isenção de abrange quaisquer imóveis de que sejam proprietárias e não apenas, como nas restantes IPSS aos imóveis destinados diretamente à realização dos seus fins (ver artigo 64.º, n.º 1, alínea f) do Estatuto dos Benefícios Fiscais);

j) Esta medida para além de duvidosa constitucionalidade, por violação do Princípio da Igualdade (artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa), é manifestamente injusta.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Fevereiro de 2016 delibera:

1 - Manifestar apoio à revogação dos benefícios fiscais em sede de IMI aos Fundos de Investimento Imobiliário, conforme previsto na Proposta de Lei n.º 12/XIII.

2 - Manifestar apoio à reintrodução de uma cláusula de salvaguarda quanto ao aumento da coleta de IMI em prédios destinados à habitação própria e permanente dos sujeitos passivos, conforme previsto na Proposta de Lei n.º 12/XIII.

3 - Apelar à introdução no Orçamento de Estado para 2016 de normas com vista ao tratamento privilegiado em sede de fixação da taxa de IMI nos prédios destinados a habitação própria e permanente do agregado familiar do sujeito passivo independentemente da existência de dependentes a cargo.

4 - Apelar à introdução no Orçamento de Estado para 2016 de normas com vista a revogar o tratamento privilegiado das misericórdias relativamente às demais IPSS nas isenções de IMI.”

7.4.8 - A Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Alimentação de animais de rua

Neste momento, o município de Almada, sobre a alimentação de animais de rua, regesse pelo Regulamento Municipal Sobre Circulação de Canídeos na Via Pública, que foi proposto em Setembro de 1999, pelos serviços, entrou em vigor no ano 2000, e foi tornado público através do Edital nº31/2000.

Neste regulamento pode ler-se, “O presente regulamento não estando sujeito a Inquérito Público, pois não existe legislação especial que a isso obrigue...”, assim, e por critério da câmara pode ler-se no artigo 6º intitulado “Alimentação de animais na via pública”, o seu único ponto, “É proibida a colocação, por qualquer meio, de alimentos para animais na via pública”.

Foi portanto um ato pensado, deliberado e consciente, decidir proibir alimentar animais de rua, que o são não por escolha, mas pelo resultado das práticas da nossa sociedade, e ainda, como se pode ler no artigo 10º sobre “Contraordenações”, “A violação do disposto no presente regulamento municipal, constitui contraordenação punível com coima, a fixar entre o limite mínimo de 30.000\$00 (trinta mil escudos) e o limite máximo de 300.000\$00 (trezentos mil escudos)”. Atualmente a multa por alimentar animais de rua é de 25 euros.

Há mais de um ano que o PAN apresentou junto da câmara municipal uma proposta de um “Regulamento Municipal Animal”, sobre o qual ainda não obtivemos qualquer reação.



Considerando que esta é uma situação urgente, visto que cada vez mais pessoas são multadas por alimentar estes animais, fazendo não mais o que todos deveriam fazer, é tempo de à semelhança de outros municípios como é o caso de Sintra, Almada dar o próximo passo perante a sociedade e educar os seus munícipes sobre o respeito e estima pelos animais, promovendo o seu bem-estar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2016, delibera:

Não descurando a necessidade de total revisão do atual regulamento, propomos que entre em vigor o mais brevemente, o seguinte artigo:

“Limpeza Pública

- 1 - São proibidos quaisquer atos que prejudiquem a limpeza dos espaços públicos ou que provoquem impactes negativos no ambiente.
- 2 - Para efeitos do número anterior, não se inclui os atos de alimentação de animais nas vias ou outros espaços públicos desde que sejam asseguradas as condições de limpeza do local e não sejam deixados detritos na via pública.”

7.4.9 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mesmo de propósito, estando nesta Freguesia, não deixar de fazer um balanço daquilo que nos levou a testemunhar uma decisão camarária em relação a um espaço que deveria ter sido mais bem planeado, mais bem refletido em relação ao local e à solução e sobretudo maior consciência daquilo que era a oportunidade do investimento, o custo desse mesmo investimento e a repercussão que ele iria ter na vida dos cidadãos que deveria servir, e o que é certo é que depois de muitas centenas de milhares de euros gastos naquele espaço, há uma decisão que põe em causa, ao fim ao cabo reconhece o erro que foi a planificação e a decisão de construir naquele local com aquela solução e tipologia o então novo Mercado do Laranjeiro, futuro ex-mercado do Laranjeiro. E aquilo que gostaríamos de apresentar é que tendo presente exposto que está descrito no corpo do texto dessa Moção.

7.4.9.1 - Moção/Deliberação sobre o Mercado do Laranjeiro: Um fim anunciado

A substituição do velho Mercado do Laranjeiro era uma necessidade pois a sua proveta idade já não podia responder às exigências postas pelos tempos.

Contudo, um Mercado não pode apenas ser entendido como um local onde se “ajunta” a venda de artigos diversos e alimentos a adquirir “*fielmente*” pelos clientes.

Um Mercado, nos tempos atuais, pode e deve continuar a ser um local que bem resiste à impessoalização característica das áreas comerciais, um local onde o cliente cria empatia com o comerciante sentindo-se *parceiro* da sua atividade, um local onde os espaços de venda tenham vida, um local dotado de diversidade de oferta de transporte coletivo, um local com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

facilidade de estacionamento isto é um local onde apeteça estar e onde apeteça ir onde a vida ferve.

O Mercado do Laranjeiro foi sempre a negação deste Mercado pese embora os 2,7 milhões de euros do erário público ali *enterrados!*

No Mercado do Laranjeiro os clientes foram sempre poucos, as bancas e lojas ficaram vazias (a quase totalidade) ao longo do tempo, havendo muitos outros problemas como por exemplo o acesso ao Bazar que só era possível a quem não tivesse constrangimentos físicos (acesso por escadaria).

Da quase inexistente oferta de transporte público nem vale a pena falar!

O Mercado do Laranjeiro sofreu sempre de “*doença prolongada*”, quando foi decidida a sua construção e depois de apresentado o projeto percebeu-se logo que isto podia vir acontecer e tivemos o cuidado de alertar para este facto mas como muitas vezes acontece em Almada, fomos ignorados pela presidente da Câmara da altura Maria Emília de Sousa e da sua vereação executiva.

A cegueira na decisão e falta de visão da realidade levou a que hoje o Mercado esteja fechado e que um investimento de milhões acabe transformado em posto de limpeza.

Basta de tentar continuar a iludir uma população que se vê agora sem num mercado e local tradicional para efetuar as suas compras.

Tendo presente o exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de fevereiro de 2016, delibera:

- 1 - Condenar mais uma vez a falta de visão estratégica da CMA e realçar o desperdício dos dinheiros públicos numa obra que nunca devia ter sido feita naquele local.
- 2 - Que seja apresentada uma solução e estudos conducentes à existência no Laranjeiro de um mercado que sirva, na realidade, os interesses da população.”

Documento número vinte e dois, sobre o Arsenal do Alfeite, não raras vezes falamos nesta Assembleia sobre a realidade do Arsenal do Alfeite, a importância estratégica que todos conhecemos de forma transversal nas diversas bancadas desta Assembleia, da sua importância estratégica, o PSD sempre disse que acompanhava tudo aquilo que era a opinião, a decisão que ao longo do tempo fomos tomando e reafirmando sobre a importância do Arsenal do Alfeite. Mas, também sempre dissemos que mais importante do que o título de propriedade era a capacidade de gestão que permitisse ter resultados que salvaguardassem o seu interesse estratégico, que salvaguardassem os seus trabalhadores, que salvaguardassem e procurassem expandir a sua atividade, que permitissem que a realidade do Arsenal do Alfeite não fosse posta em causa a cada momento por alguma falta de visão que existisse sobre a realidade do Arsenal do Alfeite, da sua relação com o espaço que ocupa e com o Concelho e também com a Base Naval a que está adjacente. E aquilo que nós gostaríamos de realçar é que hoje temos uma realidade no Arsenal do Alfeite que é mais positiva. É mais



positiva porque se percebe pelos resultados apresentados que existe mais trabalho, existe maior capacidade de intervenção e se calhar por isso há contratação de novos trabalhadores, há renovação e modernização de instalações: cais, ponte e de gruas, há execução de contratos plurianuais de reparação, há uma diversificação de atividade e de carteira de negócio, e acho que só isso pode valorizar e enfatizar o valor estratégico que todos nós concordamos que tem o Arsenal do Alfeite, que sempre teve e que sempre deve manter-se independentemente da sua solução de propriedade ou de gestão, porque essa é a de somenos, o importante é a realidade de gestão e de resultados. E nesse sentido a nossa proposta é que a Assembleia Municipal delibere...

7.4.9.2 - Moção/Deliberação sobre o Arsenal do Alfeite um estaleiro público ao serviço de Portugal

O Arsenal do Alfeite sempre foi ao longo da sua já longa história um estaleiro naval de excelência, tendo estado sempre ligado à construção, manutenção e apoio da Marinha de Guerra Portuguesa.

Foi sempre uma grande escola de formação e de trabalho em todas as vertentes da indústria naval, sendo o único estaleiro em Portugal com capacidade para lidar, manter e reparar qualquer tipo de armamento utilizado pela Marinha.

Os seus trabalhadores são e sempre foram uma das principais mais-valias da empresa, sendo conhecidos por todos como os Arsenalistas. São um sinónimo de dedicação, espírito de equipa, capacidade técnica altamente especializada e pertencendo a algo grande e importante para o país.

Durante alguns anos o Arsenal do Alfeite atravessou alguns momentos de incerteza e de indecisão relativamente ao seu futuro e apesar de algumas teorias catastróficas, ele manteve-se sempre como um estaleiro público e ao serviço da Marinha.

Hoje em dia e depois de muito esforço tem um novo modelo de empresa que lhe permite pensar mais além e noutros mercados, para que não esteja apenas condicionado ao trabalho com a nossa Marinha.

Neste momento atravessa uma fase bastante positiva e de crescimento, sendo resultado do enorme esforço de todos na empresa, o que leva a que os resultados já se comecem a sentir, tais como:

- Contratação de novos trabalhadores com pouca experiência para que possam receber a formação específica e de qualidade própria do Arsenal;
- Renovação e modernização de instalações, cais-ponte e de gruas;
- Execução e criação de contratos plurianuais de reparação para uma maior estabilidade de trabalho;
- Renovação e adaptação dos novos patrulhas da classe Tejo;



- Diálogo permanente com os trabalhadores, num espírito de paz social e esforço conjunto que permitiu melhorar em diferentes aspetos as condições de trabalho;
- Contas certas, sem dívidas a terceiros e com pagamentos em dia, tendo apresentado este ano mais uma vez lucro, tendo um valor global de receitas na ordem dos 23 milhões de euros;
- Aposta na diversidade de mercados e clientes onde se realça a reparação naval para a Marinha Marroquina estando com fortes contatos com outras Marinhas de Guerra, clientes privados e forças de segurança;
- Aposta no licenciamento industrial e ambiental algo muito importante para todos visto o território que ocupa no nosso concelho;

Gostaríamos ainda de destacar a preparação e habilitação que está a ser feita para que no futuro todas as reparações e manutenções dos submarinos da classe Tridente sejam feitas no Arsenal incluído os avançados sistemas tecnológicos.

Assim, face ao exposto anteriormente, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de fevereiro delibera:

- 1- Saudar o Arsenal do Alfeite e todos os seus trabalhadores pelo esforço que tem sido feito para que a empresa possa continuar no bom caminho com trabalho e futuro;
- 2- Enaltecer a importância do Arsenal como estaleiro público, ao serviço da excelência na indústria naval e como um polo fundamental no desenvolvimento do nosso país;
- 3- Valorizar cada vez mais as capacidades técnicas específicas instaladas neste estaleiro para que possa crescer na criação de emprego, de novas oportunidades de negócio e contribua para o desenvolvimento do concelho de Almada e de Portugal.”

7.4.10 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Revogação da extinção de tribunais

O anterior Governo do PSD/CDS, contra a opinião dos magistrados, dos advogados, dos funcionários judiciais, e dos Órgãos do Poder Local Democrático, designadamente os do nosso Concelho, ao abrigo do designado “novo mapa judiciário”, decidiu o encerramento de 47 Tribunais em todo o país, subtraindo serviços essenciais às populações, prejudicando, sobretudo, aqueles que não têm meios para se deslocar por falta de capacidade económica.

Encerrando aqueles tribunais, o Governo do PSD/CDS-PP prejudicou a administração da justiça, e atentou contra a soberania do país, “apagando” de muitas vilas e cidades a presença de um órgão de soberania, que, simultaneamente, representa o Estado prestador de serviços.

Em Almada, no quadro desta falsamente apelidada “reforma”, foi encerrado o Tribunal do Trabalho. Os processos laborais passaram a tramitar na Cidade do Barreiro, nas agora designadas “Instâncias”. Para o Barreiro, desde Setembro de 2014, são obrigados a deslocar-



se os trabalhadores de Almada que pretendem demandar as suas entidades empregadoras por despedimento, salários em atraso ou outras questões laborais, neles se incluindo mesmo aqueles que, vítimas de acidentes de trabalho, necessitam do recurso judicial para dirimir conflitos.

Trabalhadores sem rendimentos ou acidentados do nosso Concelho são assim obrigados a sujeitar-se a uma deslocação de 30 quilómetros em cada sentido, o que além de injusto é irracional.

Sublinhamos que esta realidade ocorre não obstante tramitassem anualmente no Tribunal do Trabalho de Almada antes da sua extinção, mais de 900 processos - segundo dados do próprio Ministério da Justiça, anteriores à chamada "Reforma" -, número muito superior ao de 250 que, segundo a então Ministra da Justiça, serviriam de condição mínima para a manutenção de cada um dos Tribunais.

Vivemos um tempo em que urge inverter este caminho de retrocesso, e colocar as populações no centro das preocupações das decisões políticas, dando prioridade à resolução dos problemas daqueles que mais contribuem para o orçamento do Estado, os trabalhadores.

Os trabalhadores de Almada merecem o seu tribunal reaberto, e que nele, como de plasmou no artigo 202º da nossa Constituição, seja administrada a justiça em nome do povo. Tendo a Ministra da Justiça considerado necessário "revisitar" e estudar alterações ao atual Mapa, consideramos mesmo urgente que Almada seja incluída nas prioridades das alterações a concretizar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Exigir a devolução a Almada e aos Almadenses das valências jurisdicionais extintas, em particular a reinstalação da jurisdição laboral no território do nosso Concelho.
2. Exigir a revogação das normas legais que no âmbito da designada reforma do mapa judiciário, determinaram o encerramento do Tribunal do Trabalho em Almada, e de outros tribunais em todo o país.
3. Solicitar ao Ministério da Justiça, em particular à Senhora Ministra, que sejam realizados todos os esforços para a célere concretização destas justas reivindicações das populações."

7.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre as Abordagens locais ao empreendedorismo jovem e ao risco

O município de Almada, por via de características e potencialidades próprias, poderá constituir-se como núcleo capaz de catalisar atividades juvenis empreendedoras, apesar de ainda se encontrarem condicionantes à aptidão inovadora do concelho e ao estímulo às iniciativas particulares sociais e, sobretudo, empresariais, ameaçando mantê-lo numa lógica de mera geografia-dormitório.



Teremos, pois, de contribuir para que se atraiam novos cidadãos aos nossos territórios, bem como para que estes, tais como os naturais, aqui permaneçam, criando as condições para que se promovam a instrução e a investigação e aqui se dinamizem as atividades económicas especializadas e mais capazes de gerar riqueza - sem que, no processo, se negue o risco inerente à sã iniciativa empresarial, mas, ao invés, garantindo a mutualização daquele nas etapas de maior necessidade dos empreendedores.

Deste modo, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 25 de fevereiro de 2016:

I. Recomenda ao Executivo Camarário que desenvolva esforços no sentido de promover a mutualização de riscos, com vista a proveitos comuns, entre os órgãos de gestão local, as instituições de ensino superior, os cidadãos, as empresas e os investidores, consubstanciando-se esta abordagem no fomento da atividade empresarial, em especial daquela tecnologicamente qualificada e especializada - neste âmbito, recomenda-se:

- a) A instauração de programas de angariação de capitais de risco, como os que se materializem na criação de incubadoras de empresas e de um parque empresarial (para o capital acionista do qual possam contribuir fundos particulares, com a devida participação nos resultados);
- b) A criação de plataformas de apoio à angariação de capitais de risco, como sejam plataformas de divulgação - entre as quais as *online* - de novas empresas por surgir na região, carentes de financiamento, estabelecendo-se, assim, uma entidade local mediadora destas transações de capital e fomentando-se a angariação de micro-capital de risco, destacando-se as soluções de *equity crowdfunding* como fontes de encontro entre empreendedores e acionistas potenciais (as quais têm despontado em outras geografias desenvolvidas mas carecem de exploração na região).

II. Em sentido semelhante, recomenda ao Executivo Camarário que promova esforços que contribuam para que, à semelhança do que tem sido alguma experiência internacional, se encontrem soluções que permitam, por um lado, o financiamento dos estudos superiores, e, por outro, a diminuição do risco presente para as famílias - com efeito, deverá ser estudada pelo Executivo Municipal a implementação de sistemas locais, operacionalizados com o seu apoio, que facultem o acesso a créditos à instrução, em particular aqueles cujos horizontes e montantes periódicos de liquidação se baseiem nos vencimentos recebidos pelo estudante no âmbito da sua futura atividade laboral.”

7.4.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao 8 de março - Dia Internacional da Mulher



Comemorar o Dia Internacional da Mulher é homenagear todas as Mulheres que ao longo da História da Humanidade lutaram pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, por melhores condições de vida e de trabalho para as suas comunidades e para si próprias.

Comemorar o Dia Internacional da Mulher é saudar as Mulheres, operárias têxteis que em 8 de Março de 1857 fizeram greve por melhores condições de trabalho, pela redução da jornada de trabalho e pela equiparação dos salários aos dos homens (elas recebiam 1/3 do salário dos homens para executar o mesmo trabalho).

Comemorar o 8 de Março é saudar o decreto da ONU que em 1975 é oficializada a data e a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Comemorar o 8 de Março é saudar as mulheres que exigiram o direito de voto para as Mulheres.

Comemorar esta data é saudar a ação e a luta das mulheres e, em particular das mulheres trabalhadoras que hoje, como ontem, continuam a lutar pela igualdade de direitos no trabalho, na família, na maternidade, na intervenção cívica e política, na cultura, no desporto...na Vida!

Comemorar o 8 de Março é saudar as mulheres e as suas organizações que todos os dias lutam por uma sociedade mais justa, mais igual, mais solidária, capaz de construir mulheres e homens mais iguais em direitos e deveres, seres humanos mais livres e felizes.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Saudar vivamente as Mulheres de Almada e de todo o mundo na sua luta pela construção de uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais humana, sublinhando a importância que a celebração do Dia Internacional da Mulher - 8 de Março assume nesse quadro.
2. Apelar à participação ativa de mulheres e homens nas diferentes iniciativas de celebração do Dia Internacional de Almada que decorrerão no nosso Concelho durante todo o mês Março, reafirmando a disposição de prosseguir o processo de construção de um mundo melhor para todos os seres humanos.”

7.4.13 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.4.13.1 - Moção/Deliberação de Congratulação pela transmissão em vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Almada

Qualquer tentativa numa autarquia que promova e potencie a aproximação entre eleitos e eleitores deve ser vista e acolhida como um aprofundar dos mecanismos ao serviço da Democracia, beneficiando assim o esclarecimento por parte da população no que respeita ao trabalho realizado por aqueles a quem a mesma depositou a sua confiança.

Desta forma, toda a informação, exposição e visibilidade que a atividade realizada pelos eleitos possa ir ao encontro do conhecimento e esclarecimento dos cidadãos, deve ser objeto de concretização buscando os meios adequados para que essa informação possa chegar aos



seus destinatários de forma clara e atempada, criando bons hábitos na prestação de contas às populações motivando ao mesmo tempo estas últimas.

O vasto conjunto de meios que os cidadãos e os eleitos dispõem nos dias de hoje fruto da aplicação das novas tecnologias, fazem com que a possibilidade dessa simbiose de informação entre os dois lados seja feita de uma forma rápida e detalhada tornando a mensagem esclarecedora, permitindo que os cidadãos possam ter uma participação mais ativa e dinâmica com os assuntos que dizem respeito aos seus concelhos.

Assim sendo, e depois de um concertado diálogo entre os seus membros, a concretização por parte da Assembleia Municipal de Almada da transmissão online das suas sessões tal com já é prática noutros municípios é, para a cidade, um avanço considerável na busca de uma maior proximidade com os almadenses. A mesma questão só dignifica a própria assembleia e os munícipes que podem, desta forma, ficar a conhecer mais em concreto o trabalho autárquico.

Posto isto, e tendo em consideração que esta medida beneficiará a relação entre os eleitos e os almadenses no que concerne à tomada de decisões que a estes dizem respeito, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016 na localidade do Laranjeiro, congratula-se pela vontade manifestada pelos seus autarcas em aproximar os cidadãos dos seus eleitos através da transmissão das sessões da mesma assembleia, desejando ao mesmo tempo à TVAlmada, entidade que produz e transmite essas sessões, votos de um excelente e produtivo trabalho em prol do esclarecimento dos cidadãos.”

7.4.13.2 - Moção/Deliberação sobre a CERCISA

A CERCISA (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Seixal e Almada) foi fundada há 40 anos para responder às necessidades de crianças e jovens com deficiência mental. Entre as valências conta-se o Centro Educacional, Formação Profissional, Serviço de Intervenção Precoce, Residência Autónoma e Lar Residencial.

A mesma instituição, promove inúmeras atividades com as crianças e jovens, tais como visitas de estudo, atividades nas piscinas municipais (hidroterapia nas Piscinas de Corroios - Seixal), hipoterapia (Centro Hípico da Sobreda - Almada), atividades promovidas pelas Autarquias e demais comunidade envolvente.

Para a realização dessas várias atividades coletivas fora da CERCISA é necessário um veículo pesado de passageiros adaptado, tal como o autocarro é necessário para transportar as crianças e jovens que necessitam desses cuidados especiais nas suas deslocações entre casa e a escola.

Assim, tendo em conta que:

- 1 - É reconhecido o esforço e a dedicação que entidades como a CERCISA fazem junto da comunidade no acompanhamento, educação e na dedicação às crianças e jovens com várias deficiências



- 2 - Um dos veículos da CERCISA conta já com quase 16 anos, idade limite para transporte de crianças, de acordo com a Lei em vigor;
- 3 - A aquisição desse veículo é uma urgência para a CERCISA no cumprimento das suas atividades diárias;
- 4 - CERCISA está a fazer um peditório com vista à angariação de fundos para aquisição do autocarro;

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2016, na localidade do Laranjeiro, delibera: que a Câmara Municipal de Almada participe na compra do mesmo autocarro de forma a CERCISA continuar a prestar os seus serviços à comunidade nomeadamente às crianças e jovens do concelho portadoras de deficiência.”

7.4.13.3 - Moção/Deliberação sobre o Quartel da GNR Caparica/Trafaria

As forças policiais têm na sua missão a proteção e o bem-estar das pessoas e bens promovendo as suas condições de segurança com o objetivo de garantir a manutenção da ordem pública e o garante do cumprimento da lei assegurando assim o normal funcionamento das instituições democráticas. Zelam ainda as forças policiais pelo respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

As referidas forças têm desta forma um papel crucial no combate ao crime e na preservação dos bens materiais dos cidadãos sendo ainda uma força, no caso da GNR, detentora de atribuições e competências de natureza militar, tudo isto, no estrito respeito pela legalidade e pelos princípios do estado de direito e democrático.

Desta feita, e para que a sua missão seja cumprida na íntegra, com entrega e abnegação, os profissionais de segurança da GNR, da PSP e das demais forças policiais, Corpo da Guarda Prisional e Polícia Marítima, devem dispor de condições condignas que permitam a concretização dos seus objetivos com rigor e com profissionalismo tendo como principal finalidade zelar pelo bem-estar do cidadão e dos bens deste.

No concelho de Almada essa segurança e a proteção dos cidadãos está assegurada, em terra, pelas unidades que compõem a Guarda Nacional Republicana (Charneca da Caparica/Sobreda, Caparica/Trafaria e Costa da Caparica) e pela Polícia de Segurança Pública (Almada/Cova da Piedade/Cacilhas/Pragal e Feijó/Laranjeiro) que cumprem diariamente com o escrupuloso dever que é a manutenção da ordem pública e o cumprimento da lei ajudando a assegurar a paz social e a harmonia da coletividade.

Contudo, essas condições, por vezes, ficam muito aquém das condições necessárias e elementares para que os militares da guarda e os agentes da polícia possam exercer de forma profícua e com o máximo profissionalismo e prontidão a missão pela qual juraram bandeira.

No caso específico do posto da GNR da Trafaria, essas condições degradam-se de há muito tempo para cá.



A falta de espaço, a falta de privacidade, a degradação física das instalações onde os guardas exercem quotidianamente o seu serviço e pernoitam nas suas merecidas horas de descanso, tal como a falta de visibilidade e identificação do posto, tornam a urgência na construção de um novo quartel da GNR Caparica/Trafaria, uma prioridade que deve ser tida em conta.

A implementação de melhores condições de trabalho para os militares da guarda tornará o serviço prestado às populações com melhor qualidade, com mais rapidez e com mais proximidade, aumentando consideravelmente e ao mesmo tempo o sentimento de confiança e segurança junto das pessoas.

Tendo as duas localidades que estão sob jurisdição da GNR características que potenciam a necessidade de ter uma força de segurança que possa atuar em condições adequadas de salvaguardar as populações como é o caso da população idosa, população estudantil, zonas empresariais e de comércio tal como zonas já identificadas pelas autoridades como de risco considerável em termos de segurança e ocorrências que necessitam de uma prontidão eficaz para o cumprimento do seu dever e zelo pelas pessoas, é prioritário que a questão do novo quartel da GNR possa ser resolvida com a máxima brevidade.

Assim, e em consideração com as preocupações manifestadas pelas populações da Caparica e da Trafaria tal como a preocupação de atender às necessidades manifestadas pelos militares da GNR da mesma corporação pela ausência de resposta no que respeita à melhoria das suas condições de trabalho relativas à construção de um novo quartel com condições adequadas ao cumprimento da sua missão, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2016 na localidade do Laranjeiro, vem desta forma:

- 1 - Manifestar preocupação pela ausência de resposta das sucessivas tutelas no que respeita à implementação de soluções à medida das necessidades da força de segurança da GNR da Trafaria e da proteção das populações
- 2 - Defender junto da tutela que dentro dum novo quadro económico mais favorável possa a mesma inscrever a construção do novo quartel da GNR da Trafaria/Caparica como uma prioridade inadiável
- 3 - Manifestar solidariedade com as populações da Caparica e da Trafaria tal como à GNR da mesma localidade na tentativa de se encontrar com brevidade uma solução para as suas preocupações e necessidades.”

7.4.14 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um novo regime de arrendamento apoiado

A Lei nº 81/2014 não contempla as propostas e aspirações dos moradores dos bairros sociais propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).



O Governo do PSD/CDS e a maioria que o suportou na anterior legislatura ignorou a contestação e as reivindicações dos moradores dos bairros sociais, designadamente, no concelho de Almada, contra os aumentos das rendas determinados pela aplicação da legislação anterior, Decreto-Lei nº 166/93, sobretudo pela injusta e desajustada fórmula de cálculo para a fixação do valor da renda.

Ignorou as resoluções aprovadas na Assembleia da República que, dando expressão às lutas dos moradores e das deliberações de muitas Assembleias Municipais, recomendavam ao Governo a necessidade de rever o regime de arrendamento então em vigor, introduzindo critérios mais justos para o cálculo das rendas.

Ao contrário das expectativas criadas, com repetidas promessas de melhoria da legislação, a Lei que aprovaram mantém, no essencial, os critérios para os cálculos das rendas e institui uma precarização do direito à habitação inscrito na Constituição da República.

Por outro lado, numa clara violação da autonomia do poder local, impede a definição e a aplicação de regulamentos próprios por parte dos municípios.

Em suma, é uma Lei que não serve os interesses, os direitos e as necessidades da generalidade dos moradores dos bairros sociais, sendo, portanto, imperioso a aprovação de um novo regime de arrendamento apoiado.

Que contemple critérios de justiça social para a determinação do valor da renda, como por exemplo, o valor líquido dos rendimentos fixos e regulares, excluindo prémios e subsídios não permanentes; um valor parcial das reformas e pensões de aposentação, velhice, invalidez e sobrevivência que não atinjam o valor de até três vezes o salário mínimo nacional; limitação do valor da renda máxima a pagar a 15% do agregado.

Que garanta a estabilidade do direito à habitação.

Que permita a acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência.

Que reponha a autonomia do poder local democrático para administrar em toda a plenitude o seu parque habitacional.

A Assembleia Municipal de Almada, dando voz aos moradores dos bairros sociais do IHRU no nosso concelho e solidária com as lutas desenvolvidas contra os aumentos inoportáveis impostos, aprovou várias resoluções que reclamavam do Governo e da Assembleia da República a suspensão dos aumentos das rendas e uma lei que contemplasse as reivindicações dos moradores.

Neste momento, fruto da alteração da correlação de forças na Assembleia da República saída das eleições de 4 de outubro de 2015, será possível a aprovação de uma nova lei que, finalmente, vá de encontro às aspirações fundamentais dos portugueses que habitam nos bairros sociais.

Desejamos que os Projetos de Lei de novo entregues e que já se encontram em apreciação na respetiva Comissão Parlamentar da Assembleia da República vejam rapidamente a luz do



dia. Mas até lá é necessário continuar a luta para alargar apoios e suspender a aplicação dos aumentos e de processos de despejo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de fevereiro, delibera:

1. Manifestar o seu apoio aos Projetos de Lei em discussão que visam um novo regime de arrendamento apoiado introduzindo os critérios de melhor e maior justiça social e que assegure o direito à habitação.
2. Apelar ao Governo para que recomende ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a suspensão da aplicação de novos aumentos, sejam dos que vencem por força das aplicações faseadas, sejam de outras modalidades previstas. Igualmente devem ser suspensos processos de despejo até à aprovação da nova legislação.
3. Reafirmar a solidariedade com os moradores dos bairros do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana na continuação da luta pelos seus objetivos.”

7.5 - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, Carlos Guedes, Alexandra Correia, José Joaquim Leitão, Nuno Matias, António Pedro Maco, Pedro Oliveira, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.5.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só algumas notas que possam depois ajudar ao esclarecimento e à tomada de decisão por parte dos Srs. Deputados relativas às Moções que foram apresentadas. Em relação à Moção apresentada pelo Partido Social Democrata relativa às abordagens locais ao empreendedorismo jovem e ao risco, eu chamava a atenção para o que nós temos vindo a desenvolver algum trabalho nesta área e que em sede das Agências designadamente a Novalmadavelha, temos procurado atender a preocupações que vão neste sentido. De qualquer forma as formulações que aqui estão apresentadas, colocam-nos alguns problemas de entendimento em torno disto, e designadamente podemos imaginar onde começa, mas não sabemos onde é que isto acaba. E portanto sugeria que se tivesse alguma cautela em relação à formulação. Em relação ao princípio e à preocupação em termos gerais de apoiar os jovens e os microempresários, que no fundo é o espírito que aqui tem, a procurar a levar a cabo os seus negócios. Penso que a preocupação é comum, mas enfim, há muita coisa hoje em torno destas matérias e algum jargão que neste tipo de formulações podem ser preocupantes.

Questões relacionadas com o apoio à CERCISA. Nós temos, como é sabido, uma linha de apoio às associações e instituições particulares de solidariedade social. A CERCISA foi recebendo ao longo de anos vários apoios em relação a coisas de menor significado serão na ordem, nos últimos dez anos de quase duzentos mil euros, aqui há que crescer o apoio



dado conjuntamente à iniciativa com a Câmara do Seixal, para a construção da sede. Não há nenhum problema para que a CERCISA faça o seu pedido de apoio através dos processos normais e que naturalmente é apreciado no contexto do Regulamento e sempre tem havido a maior abertura por parte da Câmara para apoiar uma instituição com tanto valor no nosso Concelho.

Em relação à questão do Quartel da GNR. Nós vamos ter uma reunião, penso que muito breve, até tem data marcada com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, dia 22 de março, justamente para tratar desta questão e de outras, designadamente também a questão relacionada com a utilização do Castelo que, enfim penso que também é uma preocupação nossa nesta matéria. Poderíamos ter resolvido isto antes, não se resolveu. Nós estamos na disponibilidade, como sempre estivemos de ceder um espaço, um terreno para que o Quartel venha a ser instalado e só é pena Sr. Deputado que esta sua força agora não tivesse sido feita há seis meses antes, porque com certeza já se tinha concretizado. Aí é que era.

Em relação aos SMAS de Almada, aproveitar para saudar o 65º Aniversário dos SMAS de Almada. Eu não quero tirar a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração e Vogais que aqui estão na mesa comigo, mas lembrava que foi ontem inaugurada uma exposição relativa a este acontecimento e para a qual convidávamos todos os Deputados para poderem visitar, porque é de facto uma magnífica exposição, aliás está à altura do magnífico trabalho que os nossos Serviços Municipalizados têm feito ao longo dos anos.

Serviço Nacional de Saúde. Aproveitar para um apontamento. O Sr. Presidente do Conselho de administração do Hospital Garcia de Orta informou na primeira reunião do CLASA de Almada, ao qual o Hospital aderiu, que se iria proceder à construção do Hospital do Seixal. Foi a primeira vez que de uma forma clara isto foi dito pelo Conselho de Administração do Hospital, apesar da assinatura do protocolo, nunca tínhamos ouvido da parte do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta uma afirmação com tanta clareza, assim como se referiu à necessidade da construção de mais cem camas de internamento no Hospital Garcia de Orta. A proposta de Moção vai no sentido de corresponder àquilo que são preocupações nossas, mas não queria deixar de passar esta oportunidade para referir este importante aspeto.

Em relação aos cuidados hospitalares, agora é necessário que se concretizem, porque em relação a anúncios, tem havido vários ao longo dos anos e nós precisamos é de obras.

A questão do 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. Está de facto em preparação um conjunto de iniciativas e portanto veríamos depois também com os líderes das várias bancadas numa ocasião muito próxima, uma forma de comemorarmos de facto quer os quarenta anos da Constituição, quer os quarenta anos das eleições para as Autarquias Locais em democracia.



A propósito da Moção relativa à tributação do IMI. Informar os Srs. Deputados de que no processo negocial que a ANMP está a realizar com o Governo, no âmbito do Orçamento do Estado, terá sido conseguido que o IVA das refeições escolares baixe para os 13%. É uma importante notícia e é um importante progresso e que também vai no sentido positivo e portanto, naturalmente que também só por este caminho que permita aliviar aquilo que são as contas das autarquias é que em autarquias como o caso da nossa que, cujo equilíbrio financeiro tanto tem dependido do IMI, se possam encarar aquilo que também é o nosso propósito que é que o IMI possa não ser a sobrecarga para as famílias como tem sido, havendo outros que podem pagar, que devem pagar, aliás na linha daquilo que se anuncia.

Depois o Sr. Vereador Rui Jorge Martins poderá eventualmente em relação à questão da alimentação dos animais da rua prestar mais algum esclarecimento, mas lembrar que o Regulamento Municipal sobre a circulação de canídeos na via pública foi revogado com a aprovação do atual Regulamento de Resíduos. E o texto base é outro e não este sobre o qual nos estamos a debruçar. E depois também não é verdade que apesar de tudo Sintra esteja assim tão à frente, porque no que diz respeito a esta matéria, enfim, não é bem aquilo que aqui se transmite. Mas de qualquer forma a preocupação é uma preocupação que é justa e que deve ser colocada e que não confundimos também, é preciso dizê-lo e aproveitar a oportunidade para dizer e até para dizer aos munícipes que nos ouvem em outras circunstâncias, em casa, que é uma preocupação grande no nosso Município as questões da limpeza das ruas, também relacionadas com os dejetos caninos. E isso só pode ser resolvido naturalmente com mais ação de fiscalização, mas também com maior civismo e compreensão da parte de todos. É necessário que todos façamos este caminho ótimo que também para aqui somos estimulados, ter iniciativas como esta que o PAN hoje aqui nos trouxe.

Mercado do Laranjeiro. É preciso dizer que o Mercado do Laranjeiro, a sua mudança e a sua construção foi objeto de um processo no qual a população e os operadores e os autarcas estiveram envolvidos. Eu até por razões de ordem pessoal e familiar conheço esse processo. E foi assim que se fez. O processo não resultou como todos desejávamos, mas a verdade, eu já disse noutra ocasião, é que a decisão é tomada no quadro em que havia um operador que vendia publicações, jornais, um talho que vendia muito pouco para os moradores e vendia sobretudo para os restaurantes, uma peixaria que vendia pouco para os moradores e vendia sobretudo para os restaurantes e um lugar de hortaliça que vendia pouco para os moradores e vendia sobretudo para os restaurantes. E o Mercado estava reduzido a isto, era insustentável. Não podíamos manter o Mercado aberto sobretudo com necessidade de obras estruturantes que era necessário fazer. E portanto, no contexto da necessidade que efetivamente tínhamos de alojar as nossas equipas da limpeza, começou-se por procurar uma solução no contexto do Mercado para resolução do problema da equipa e depois avançou-se, aprofundando com os próprios operadores para uma solução que para eles também é mais



cómoda e do ponto de vista consensual, mais interessante que é aquela para onde estamos a caminhar. A reconversão daquela área para outro fim social com certeza, é essa a nossa preocupação e para corresponder também às necessidades da nossa população. A sugestão de que a existência no Laranjeiro de um Mercado que sirva na realidade os interesses da população, neste momento não nos parece estarem reunidas quaisquer condições nesse sentido. Aliás, o Mercado do Miratejo mesmo ali ao lado, todos sabemos as vicissitudes porque passou e portanto não vale a pena fazer três vezes o mesmo erro. São os nossos, é o dos nossos vizinhos e é novamente o nosso. Temos que procurar de facto um caminho mais coincidente com os recursos que temos e com as necessidades das populações. E assumimos naturalmente com toda a frontalidade as dificuldades que tínhamos.

Arsenal do Alfeite instituição pública ao serviço da Marinha. Gosto de ouvir, sobretudo por vir de onde vem e que isto seja entendido como um compromisso da força política de onde vem e todos nós para que seja assim agora e sempre.”

7.5.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente às Moções do PSD, rapidamente dar algumas explicações sobre o nosso sentido de voto.

A Moção sobre o Mercado do Laranjeiro, agradecemos ao Sr. Presidente os esclarecimentos e as explicações dadas, o que fundamenta ainda mais a predisposição para votar contra esta Moção.

Relativamente às abordagens locais ao empreendedorismo, nós não estamos de acordo com esta visão, nós pensamos que não é justo comprometer o futuro dos atuais estudantes hipotecando-os através de empréstimos bancários para depois ir pagando às prestações. E pensamos também que não é justo colocar às populações a necessidade de ter que ressarcir as hipóteses de prejuízo dos investimentos privados. Aliás, tal como o Sr. Presidente referiu, tivemos algum trabalho na decifração escuta do que é que se entendia aqui, mas do que foi possível apurar tivemos esta opinião.

Já relativamente ao Arsenal do Alfeite também saudamos, o que passa por fazermos uma proposta ao PSD de incluir na parte deliberativa que efetivamente o Arsenal deixe de ser S.A. e passe para o âmbito do Estado, integrado no Ministério da Defesa Nacional e que seja de facto estaleiro da Marinha. E se aceitarem estas nossas sugestões nós votaremos a favor, caso contrário não. Porque há aqui um conjunto de afirmações que estão longe de ser concretizadas, de estarem concretizadas e o novo modelo de empresa agravou as dificuldades e não era o anterior modelo público e integrado na Marinha que impedia a contratação de trabalho para terceiros. Também não podemos acompanhar a votação favorável desta Moção, ainda que reconheçamos o esforço, a luta dos trabalhadores do Arsenal e designadamente das suas chamadas de atenção para a necessidade de modernização e do regresso do



Arsenal à esfera pública, integrado então no Ministério da Defesa Nacional. Se os Srs. entenderem fazer o favor de se comprometerem no sentido de retomar a esfera pública, nós votaremos favoravelmente a parte deliberativa.

Depois, relativamente ao CDS, queremos dizer que, enfim muita coisa o Sr. Presidente já disse, o que nos poupa algumas explicações. E relativamente à questão da Saudação à TVAlmada, foi contratada pelo Município para a transmissão das sessões via internet e portanto desejamos um bom trabalho.

Já quanto ao Quartel da GNR na Caparica, entendemos que a formulação pode indiciar o encerramento do Quartel na Trafaria e aparecer um só Quartel que sirva a Trafaria e Caparica, o que nós entendemos é que o atual da Trafaria tem que ser remodelado e a construção de um novo tem que ser no eixo PIA, pelo que solicitamos também uma alteração na parte resolutiva por forma a que fique claro o que é que nós pretendemos. Sobre a CERCISA, também parece-me que a Assembleia Municipal para além de tudo o que o Sr. Presidente disse também não tem poderes para alterar digamos assim, a participação financeira de coisas que não estejam previstas ou aprovadas no Orçamento para este ano. Parece-nos que o que temos que sugerir é que a CERCISA contate a Câmara, faça um pedido de apoio e dentro daquilo que são os Regulamentos e dentro daquilo que são as hipóteses e também aqui não podemos acompanhar com votação favorável.

Sobre o PAN e até porque desconhecia coisas que o Sr. Presidente agora esclareceu a sugestão que fazemos é que baixe à respetiva Comissão para que possa ser melhor tratada e se a Sr.^a Deputada concordar então propomos que a Moção baixe à Comissão sem votação.

Finalmente sobre as propostas do Bloco de Esquerda. Dizer que também contactámos o Bloco de Esquerda no sentido de propormos alterações às suas Moções, e designadamente na Moção sobre a Constituição da República que é o documento nº 17, o que nós propomos é que no segundo parágrafo, onde diz: “que se associe às comemorações municipais”, já anunciadas também pelo Sr. Presidente da Câmara que vão ter lugar.

Depois, em defesa do SNS, dizer que a par da necessidade de um reforço e de investimento público na rede nacional dos cuidados continuados entendemos também que deve ser solicitada a mesma coisa para a rede nacional dos cuidados primários de saúde, o que nos parece que para ser coerente também até com a discussão que nós apoiamos e que certamente também temos lutado em conjunto para a adoção de medidas para todos os portugueses terem médico de família.

E finalmente sobre as questões do IMI, nós entendemos que as coisas do IMI sobretudo no ponto 4 não deverá ser pela discriminação negativa, mas pela positiva e também propusemos que neste ponto 4, que se apelasse à introdução no OE para 2016, de normas que visem o tratamento igualitário, ou seja, em vez de estar a discriminar as Misericórdias, para que todas



as IPSS que neste momento não estão isentas que possam efetivamente passar a estar. E portanto, pela positiva, é a proposta que fazemos. Mas também fazemos uma proposta de integração de um novo ponto que é o ponto 3.1, considerando que nos termos legais a taxa máxima de IMI está fixada em 0,5, propõe-se que a redução da respetiva taxa fixando-a em 0,4. É o nosso contributo Srs. Deputados, Sr. Presidente, nas Moções que estão em apreciação.”

7.5.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente, até porque eu vou abordar algumas das Moções e o meu companheiro de bancada abordará outras. Nós começamos por saudar e salientar a importância do documento 29, a Moção sobre o Novo regime de arrendamento apoiado, e destacamos que é nosso entendimento que estão neste momento reunidas as condições necessárias para a aprovação de legislação que revogue o atual regime de renda apoiada e que vá ao encontro das legítimas aspirações dos moradores destes bairros.

Em relação ao documento 28, do CDS, sobre o Quartel da GNR Caparica/Trafaria, nós recebemos há pouco tempo uma comunicação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal que nos dava conhecimento do pedido de reunião que entretanto o Sr. Presidente da Câmara já referiu. No pedido de audiência diz: “encontram-se neste conjunto os processos relativos à criação de instalações para a Guarda Nacional Republicana, conforme às importantes missões que a esta entidade cabe desempenhar, designadamente nas áreas das Freguesias da Caparica/Trafaria e Almada”. Estando este processo em curso, nós não entendemos a necessidade ou a premência da apresentação deste documento por parte do CDS.

Referir ainda o documento 27, também do CDS e relativo à CERCISA, também já foi aqui referido pelo Sr. Presidente, o que nós entendemos é, e não passando por cima do valor do papel que esta instituição desempenha, nós cremos que a instituição tem uma direção que terá contatos com a Câmara e não entendemos por isso a necessidade do CDS trazer aqui esta questão, não percebemos de todo o porquê desta questão ser trazida aqui.

Em relação ao documento 26, sobre as transmissões, nós inauguramos hoje as transmissões das nossas reuniões e ao que parece inauguramos também uma nova modalidade que é a de um Partido se vir congratular pela iniciativa de outros. Ou seja, o Bloco de Esquerda propôs no início deste Mandato que as assembleias pudessem ser transmitidas, nunca nos passou pela cabeça depois de todo o processo, nós sabemos que a nossa Moção desceu à Comissão, à Conferência de Representantes para vermos as condições necessárias para isto ser efetivado. Fizemos o estudo, fomos onde foi necessário ir e estamos neste momento a inaugurar as transmissões das Sessões. O CDS congratula-se, mas em toda a congratulação omite que foi por iniciativa do Bloco de Esquerda que isto aconteceu e nós neste momento não nos poderíamos calar, porque a iniciativa foi nossa.



Referir que aceitamos as propostas de alteração da CDU aos nossos documentos.”

7.5.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à sugestão da Moção do PAN baixar à Comissão, nós aceitamos.

Este Regulamento que nós referimos no nosso texto ainda que, remete para o site da Câmara Municipal, portanto não existe uma informação que diga que ele foi revogado e substituído pelo outro, e por esse mesmo motivo não era razão só por si de aceitar baixar à Comissão, mas considerando que está já em fase avançada do novo Regulamento que estão a tratar, fui também informada disso, eu aceito que baixe à Comissão com maior brevidade marcamos uma reunião para falar sobre este novo Regulamento e então mais tarde ou não trazer uma nova Moção sobre este assunto.”

7.5.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dirijo-me à Assembleia para comentar o conjunto de textos que temos em apreciação.

Relativamente à primeira Moção apresentada pela CDU, que aponta para a saudação e o apoio à candidatura de Almada Cidade Europeia do Desporto. Almada de facto é uma Cidade que se notabilizou ao longo do tempo pela dinamização do associativismo em geral e do associativismo desportivo em particular. O trabalho que é feito, que envolve a autarquia, as escolas e os almadenses em geral, é notável e faz todo o sentido que haja também neste domínio uma consagração como aquela que é proposta na Moção, e portanto votaremos a favor.

O mesmo voto terá a segunda Moção sobre a saudação à Orquestra de Câmara de Almada. Penso que é importante que Almada possa ter também uma estrutura de música erudita que contribua para a vida cultural do Concelho e dos almadenses.

Associamo-nos também à saudação ao XIII Congresso da CGTP-IN, não o fazemos por ser especificamente a CGTP-IN, mas porque saudamos todas as iniciativas que têm a ver com a valorização do sindicalismo e do enaltecimento do papel do movimento sindical nas sociedades modernas. É muito importante que as sociedades modernas não esqueçam o papel que o sindicalismo tem para a promoção da dignidade e da qualidade de vida dos trabalhadores, mas também para o enriquecimento da sociedade em geral.

Depois os outros dois textos sobre a cozinha partilhada de Alfazina e a cozinha comunitária das Terras da Costa que são obviamente realidades diferentes, mas tanto uma como a outra merecem o nosso apoio.

Também nos congratulamos com o primeiro lugar no Pipe Contest Portugal conseguido pelos trabalhadores dos SMAS de Almada. Acho que é importante também, e acho que faz falta às organizações haver este tipo de situações que reforçam a autoestima dos trabalhadores, o



orgulho de pertencer à organização, e estou certo que também contribuirão para um melhor desempenho dos SMAS sempre em benefício dos cidadãos de Almada.

Associamo-nos também com todo o gosto ao texto do Bloco de Esquerda sobre o 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. São quarenta anos sobre a Constituição e também sobre a eleição dos órgãos do Poder Local, como foi assinalada. É de facto uma comemoração muito importante e justifica um empenho da autarquia no sentido de a valorizar. Relativamente à Moção em Defesa do Serviço Nacional de Saúde, penso que é muito importante aqui na Assembleia e um pouco por todo o lado certamente, enaltecer as conquistas do SNS. O País hoje é um País muito mais rico, muito mais equilibrado, muito mais saudável (passo a expressão), com a existência do SNS que foi construído em Portugal. É de facto uma das grandes realizações do nosso regime democrático e portanto nunca é demais assinalar estes aspetos.

Agora, relativamente ao texto em si, e à parte resolutiva, não temos relativamente a todos os pontos da parte resolutiva a mesma opinião que o Bloco tem e portanto o nosso apelo era, fazer uma votação ponto por ponto, visto que estamos de acordo na exigência ao Governo de um adequado orçamento para o SNS. Estamos de acordo com o Bloco em solicitar ao Governo um investimento público na rede nacional de cuidados continuados integrados e também as sugestões feitas pela CDU. Se entendemos que o SNS tem um âmbito nacional que deve ser assegurado pelo Estado, independentemente de se favorecer sempre todos os contributos que possam existir a outros níveis, nomeadamente ao nível municipal, mas sem por em causa a natureza do Serviço Nacional de Saúde que é nacional e deve ser assegurado pelo Estado. Se considerarmos que é importante solicitar que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir médico de família para todos os inscritos nas unidades de cuidados de saúde primários, não entendemos adequadas as formulações do ponto 4 e 5. E isto porquê? E dizemos isto de forma, sem nenhum dramatismo e assinalando uma diferença que existe e que é legítima, entendemos que o SNS tem unidades de várias tipologias, entidades públicas em que os trabalhadores têm vínculo público e entidades que não são públicas e que parte dos trabalhadores têm vínculo privado, não entendemos estar em cima da mesa nacionalizar completamente o SNS. Nacional em termos de regime aplicado aos seus trabalhadores. O SNS, pensamos que é preciso criar condições para que as várias unidades funcionem o melhor possível ao serviço da população, penso que não está em causa converter todos os vínculos laborais em vínculos de natureza pública. É essa a nossa opinião e não podemos votar a favor deste ponto. Também entendemos relativamente à questão dos CEI, nós percebemos e valorizamos a preocupação que o Bloco tem no sentido de não serem utilizados estes programas que estão inseridos nas políticas ativas de emprego para substituir trabalhadores em postos de trabalho. Mas não entendemos como positivo colocar as questões nos termos em que estão colocadas nesta Moção que é “solicitar ao



Governo que se abstenha de colocar trabalhadores no SNS ao abrigo de contrato de emprego e inserção”. Muito bem, nós achamos que não devem ser colocados para ocupar postos de trabalho efetivamente existentes, mas se for com outras finalidades, inseridas e compatibilizáveis com a natureza destes programas de emprego, não temos nenhum obstáculo. E portanto de forma construtiva queremos assinalar a impossibilidade de votar estes dois pontos e estamos disponíveis para votar os outros, obviamente.

Sobre o IMI. Também não entendemos que se devesse colocar as questões em termos de penalizar as Misericórdias, mas subscrevemos também, associamo-nos à sugestão da CDU no sentido de haver um tratamento igual das Misericórdias e IPSS.

Quanto à Moção do PAN sobre a alimentação dos animais de rua. De facto quando foi inserido no Regulamento Municipal a norma existente no sentido de penalizar a alimentação dos animais na rua, vivíamos num contexto em que o modo como os cidadãos se relacionavam com os animais e o modo como eram vistos os animais de rua era diferente do atual. De facto houve passos importantes, digamos, no enriquecimento do modo como se vê a relação das pessoas com os animais de estimação. De facto não é adequado que haja animais abandonados e a vadiar pela rua e a alimentar-se do que encontram. Mas há outras soluções para além das soluções que antigamente se utilizavam, de abater os animais, é de proibir pura e simplesmente a sua alimentação. E é este tipo de abordagem nova que no fundo cria novas modalidades de interação entre a cidade e os animais, que eu penso que deve ser valorizada e nisso estamos de acordo com a iniciativa do PAN. Se o PAN concorda em que este texto baixe à Comissão estamos de acordo e contribuímos na Comissão para que a ideia que entendemos estar subjacente tenha vencimento. Agora, há aqui a propósito desta matéria um apelo que eu fazia à Mesa, que era o seguinte, era que fizesse um levantamento de todas as propostas que desceram à Comissão e verificar se elas já tiveram o devido tratamento. E também eventualmente quando se propiciar novamente a revisão do regimento, nós poderemos introduzir uma norma que obrigue as Comissões a pronunciarem-se sobre as matérias que descem à Comissão num prazo razoável, três meses por exemplo. Agora não faz sentido que haja matérias que descem à Comissão e depois por lá vão ficando sem solução. Claro que a responsabilidade não é da Mesa, é de todos os Deputados Municipais igualmente e também do que aqui se está a dirigir. Mas entendendo que é uma falha nossa devemos de tentar resolve-la.

O Mercado do Laranjeiro é uma matéria delicada. Eu penso que é preciso prudência no investimento público. Foi feito um investimento que não resultou, é reconhecido que não resultou, está a ser procurada uma solução. Nós entendemos que essa solução deve ser encontrada o mais rápido possível. Quanto a soluções de futuro, nós não pomos de fora a hipótese de que a prazo se venha a equacionar a possibilidade de haver um Mercado no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Laranjeiro, mas deve ser equacionado de forma cuidadosa para que não haja desperdício de bens públicos que por definição são sempre bem escassos.

Arsenal do Alfeite. Associamo-nos à preocupação subjacente à Moção. Achamos um pouco curioso ela ser apresentada por quem é neste momento, mas de qualquer modo não nos causa grandes problemas o texto apresentado.

Sobre a extinção dos Tribunais. É o entendimento também do Governo, que tem de ser equacionada a alteração do Mapa Judiciário, entretanto implementado e portanto entendemos que faz sentido que Almada pugne pela existência das infraestruturas ao nível da justiça também no seu território.

Abordagens locais ao empreendedorismo jovem e ao risco. Entendendo o Partido Socialista que faz sentido criar condições para apoiar o empreendedorismo jovem, temos muitas dúvidas sobre o que está proposto nesta Moção, até porque é pouco claro, pelo menos no nosso ponto de vista, o conjunto das propostas aqui existentes. Não nos parece adequado, e eu não sei se é o que está aqui presente, mas pode estar, que através de esquemas de mutualização de risco os Municípios venham a ser penalizados por investimentos errados de privados. Portanto, não nos parece adequado, embora a matéria seja uma matéria relevante, tanto quanto conseguimos perceber, pensamos que esta Moção não tem condições para poder ser aprovada. Sobre a Moção do Dia da Mulher, certamente que nos associamos, é importante que seja assinalado.

Sobre a Congratulação sobre a transmissão em vídeo, não nos opomos ao facto, embora o termos chegado aqui que é um ponto importante foi de facto na sequência de um projeto do Bloco e foi na sequência de um trabalho de muitos anos e de muitos mandatos de muitos Deputados Municipais e portanto é positivo que tenhamos chegado aqui, se o texto fosse escrito por nós não o escreveríamos assim, mas se for votado não há razão para não o votarmos a favor.

Relativamente também à Moção apresentada pelo CDS relativamente ao apoio à CERCISA. A atribuição de apoio financeiro à CERCISA é uma competência da autarquia e não faz sentido que a Assembleia decida sobre isso. Mas se quiser o CDS alterar o texto no sentido de não deliberar que a Câmara participe, mas deliberar recomendar, aí tudo bem, estamos disponíveis para votar. Considerando também a relevância do papel desempenhado pela CERCISA.

A Moção sobre o Quartel da GNR Caparica/Trafaria. Partilhamos as preocupações com a segurança que são evidenciadas e a necessidade de transmitir tranquilidade às populações, poderíamos dizer também que esta Moção vem com quatro anos de atraso, mas mais vale agora do que não vir e portanto não temos razões para rejeitar a Moção.

Finalmente, relativamente ao novo regime de arrendamento apoiado também votaremos a favor desta Moção.”



7.5.6 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Apenas dar nota do seguinte, até hoje sempre a nível autárquico assumimos que o Quartel da GNR da Trafaria era para continuar, sempre, até hoje. Assumido pela Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal, pela Junta e Assembleia de Freguesia da Trafaria, e que era necessário um outro equipamento de segurança na área da Caparica, do Monte de Caparica e em particular na área do Plano Integrado de Almada, do ex-PIA. Foi isto que foi assumido até hoje. O que está aqui nesta Moção é coisa diferente, é que em alternativa ao Quartel na Trafaria constrói-se um Quartel na Caparica. É coisa diferente. Eu chamo atenção porque foi assumido perante a população da Trafaria.

Segunda nota, chamar atenção que relativamente à questão da CERCISA, nós aprovámos aqui um Regulamento dos apoios. E por isso não é só a questão da recomendação. É que só pode ser dado o apoio se estiver nos critérios do Regulamento que nós aprovámos.”

7.5.7 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar em relação à proposta da CDU sobre a Moção do PSD acerca do Arsenal do Alfeite, dar nota que não merecerá o nosso acolhimento e porquê? Eu penso que deixámos claro que o que estava em causa na importância da estratégia do Arsenal do Alfeite, não era o seu governo societário e a forma como ele está organizado, é sobretudo a capacidade que esse governo societário e a forma como está organizado e neste caso implementado, consiga levar a que exista trabalho, novas oportunidades de negócio, que é isso que salvaguarda a criação de emprego e a salvaguarda do emprego dos trabalhadores e também o valor estratégico do Arsenal do Alfeite, não só no serviço à Marinha Portuguesa, mas não apenas à Marinha Portuguesa. E penso que isso também é relevante e é isso que também não quisemos deixar de reafirmar, porque hoje como sempre, para nós o relevante não era se era este o modelo societário ou outro. Nunca quisemos fazer disso um cavalo de batalha, O interesse estratégico do Arsenal do Alfeite e a defesa dos seus trabalhadores e do trabalho que ali é feito, que é qualificado, é estratégico e cria valor, esse sim devia ser sempre defendido como sempre o fizemos, e portanto não faz sentido estarmos a mudar a agulha quando nós estamos a salientar o valor estratégico e a operação inequivocamente de interesse nacional e público que é feito. E independentemente do governo societário e que na nossa opinião o atual está a ter bons resultados.

Em relação às demais Moções. Dar nota que iremos votar favoravelmente a Moção da CDU sobre a Cidade Europeia do Desporto. Iremos também votar favoravelmente a saudação à Orquestra de Câmara de Almada, parece-nos que é também mais um sinal inequívoco que Almada marca a diferença, também do ponto de vista cultural no panorama nacional.



Em relação à Moção da CGTP e do Congresso. Não nos vamos associar a ela, não por falta de respeito, porque temos todo o respeito por todo o movimento sindical, mas porque entendemos que mais uma vez é algo que não diz respeito às atribuições e competências dos órgãos autárquicos e não acrescenta, e nalguns casos tem considerandos profundamente discutíveis em relação a estas matérias.

Iremos votar favoravelmente a Moção da CDU sobre a Cozinha Partilhada de Alfazina, iremos abster em relação à Cozinha Comunitária das Terras da Costa. E fazemo-lo não por não percebermos o projeto de tentar envolver aquela população, mas porque há aqui um conjunto de propostas que deveriam merecer a nossa reflexão. E quando em dado momento se propõe como deliberação que se concretize um projeto e um processo de realojamento construído com os moradores, é importante perceber que moradores, em que condições é que eles estão naqueles locais, há quanto tempo, se têm raízes ou se são moradores recentes, porque nós sabemos que aquele espaço não é um espaço que seja o mesmo que aquele que conhecemos há cinco e dez anos atrás, teve uma evolução exponencial e infelizmente, e teve muito a ver com movimentos de outros Concelho para Almada e não podemos associar àquele local moradores com raízes na Costa da Caparica e no Concelho, pelo menos na sua totalidade. Portanto, pensamos nós que esta Moção deveria merecer um cuidado diferente, uma reflexão sobre a realidade que ali está. Necessariamente são pessoas que precisam de apoio, o processo de apoio do ponto de vista de trabalho comunitário que aqui foi desenvolvido é meritório, não pomos isso em causa, mas as propostas de deliberação que aqui estão no mínimo deveriam ser mais discutidas e refletidas, porque tem aqui consequências que deveriam interpretar melhor a realidade daquele território e das pessoas que lá estão.

Em relação à Moção 16, sobre o Prémio dos SMAS, iremos votar favoravelmente.

Em relação ao documento 17, do Bloco de Esquerda, sobre a Constituição da República, iremos votar favoravelmente.

Em relação à Moção sobre o SNS, não iremos votar favoravelmente, porque houve uma proposta de votação ponto por ponto que penso que ajudará também a clarificar a nossa posição, porque defender o SNS e nós defendemos que exista um Serviço Nacional de Saúde, tem que partir de uma premissa que seja no SNS, seja em muitas áreas da nossa sociedade se baseia num critério de sustentabilidade e de operacionalização eficiente. E aquilo que aqui está, nalguns pontos é tentar mais uma vez construir utopia sem ter a noção de quem a paga ou se ela é sustentável do ponto de vista de financiamento. E portanto na votação por pontos certamente teremos ocasião de manifestar aquilo que é o nosso apoio ao SNS e o nosso não apoio a um conjunto de soluções que como se viu no passado conduziram para situações de endividamento e insustentabilidade.



Em relação ao documento 19, sobre o IMI, propúnhamos também que pudéssemos votar por pontos, porque entendemos que mais uma vez há aqui um conjunto de propostas que têm que ser devidamente fundamentadas e percebe-se as consequências.

Em relação à Moção do PAN já foi dado acolhimento baixar à Comissão, não iremos tomar posição.

Em relação ao documento 23, sobre a extinção dos Tribunais, iremos votar a favor, não porque não tenhamos consciência daquilo que foi a decisão do nosso Governo, mas porque estamos muito curiosos para saber qual vai ser a posição, a decisão e a organização do atual, com este encontro de vontades em relação a esta Mapa Judiciário e queremos ver então como é que isto vai ser concretizado, porque é sempre simpático irmos atrás daquilo que é bom para o cidadão, ter tão perto quanto possível todos os serviços públicos, é fundamental é depois voltarmos um bocadinho atrás e percebermos de que forma é que isso é sustentável, mas com esta Moção que certamente vai dar azo a uma decisão governamental, cá estaremos para ver o resultado dessa mesma decisão.

Iremos votar favoravelmente também a proposta da CDU sobre o Dia Internacional da Mulher. Iremos votar favoravelmente as Moções do CDS apesar de partilhar a sugestão que foi dada pela bancada do Partido Socialista em relação à recomendação ao Executivo, porque na realidade é o Executivo que tem essa competência do ponto de vista de atribuição de apoios. E em relação ao novo regime de renda apoiada, cá estaremos também para ver quais são as soluções que vingarão em sede da Assembleia da República, portanto iremo-nos abster, à espera daquilo que será a decisão do Parlamento e a partir daí a solução que será encontrada, esperemos nós tão equilibrada como manda a regra do bom senso.”

7.5.8 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, relativamente à questão sobre o Quartel da GNR Caparica/Trafaria, em abono da verdade, também Sr. Presidente eu devo esclarecer que na Moção apresentada pelo CDS-PP aqui em nada diz que o Quartel é na Caparica, se bem que realmente é essa a posição do CDS-PP. E o Sr. Presidente disse aqui também que houveram deliberações quer das Assembleias Municipais, quer da Câmara Municipal, quer das populações, mas também Sr. Presidente convém ouvir o que é que diz a GNR. E realmente neste caso se houver verba suficiente e se realmente pudermos neste novo quadro termos verba suficiente para reabilitar o Quartel da GNR, que existe neste momento degradado da Trafaria, e realmente houver um novo Quartel na Caparica contará com certeza com o apoio do CDS-PP. Gostaria de deixar este facto bem realçado.

Outra questão também que o CDS-PP está perfeitamente à vontade. Esta questão Sr. Presidente e Srs. Deputados foi levantada também durante o Governo do PSD e CDS-PP. O CDS-PP há cerca de dois anos atrás estava no Governo PSD/CDS e foi, e esteve junto do



Quartel da GNR da Trafaria, conversou com os militares e inclusivamente levou esta questão do Terreiro do Paço junto da Secretaria de Estado da Administração Interna. Portanto, não é nenhuma novidade aqui, não é nenhum aproveitamento político por agora estar outra força, enfim outras forças, digamos assim, no poder que o CDS-PP agora apresenta aqui um outro quadro totalmente diferente. Não. O CDS-PP esteve também a favor das populações quer da Trafaria, quer da Caparica quando o CDS estava no Governo, e agora neste caso visto que aspira-se, como dizem um novo quadro económico e financeiro, vamos aguardar que possa desta forma a situação ficar então resolvida.

Depois eu respondendo ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Sinceramente, porque o CDS-PP vir apresentar uma congratulação. Sr. Deputado no documento não diz que o CDS-PP congratula-se, quem se congratula e entendo que com certeza todos nos congratulamos, é a Assembleia Municipal. Mais uma questão Sr. Deputado que com certeza lamento não esteve cá na última legislatura autárquica, portanto devia ter estudado essa questão, recordo os presentes e quem nos ouve que o CDS-PP já na altura, há cerca de quatro anos apresentou exatamente a mesma Moção, a qual a maioria na altura da CDU chumbou, e inclusivamente com alguns argumentos que enfim podem ser bastante discutíveis, mas de qualquer forma e ainda bem, acho que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda deveria estar satisfeito por esta, e recordamos com certeza não tem qualquer problema em dizermos e afirmarmos que foi o Bloco de Esquerda nesta legislatura autárquica que apresentou esta mesma Moção para que neste momento possam os almadenses estar-nos a ouvir aqui nestas sessões. Portanto Sr. Deputado, nós estamos completamente à vontade relativamente a essa questão.

Depois ainda relativamente à CERCISA. Também não percebo, quer dizer, está efetivamente e como aqui foi dito um processo a decorrer, aliás exatamente como também na questão do Quartel da GNR, mas Sr. Deputado eu recordo que inclusivamente o Bloco de Esquerda sucessivamente trás aqui, e ainda bem, se acreditam, portanto são situações que o Bloco de Esquerda acha que deva dentro do Regimento da Assembleia Municipal e dentro daquilo que são os valores democráticos e a participação de cada Partido Político, deve trazer aqui a esta Assembleia as matérias que entender, e posso recordar sem qualquer desprimor também para a entidade que vou referir que fará o seu trabalho, mas por exemplo o Bloco de Esquerda traz aqui, nomeadamente ou já trouxe aqui por exemplo Moções relativamente à UMAR e longe de nós estar a fazer este tipo de apreciações, quer dizer a Assembleia Municipal serve para isto, nós fomos eleitos em nome dos cidadãos. Os problemas que entendemos que devem ser trazidos a esta Assembleia acho que Sr. Deputado são completamente legítimos, mas enfim é a opinião do Sr. Deputado que nós democraticamente respeitamos.

Relativamente às questões de outros documentos. Saudamos os documentos apresentados pela CDU relativamente à Cidade Europeia do Desporto, à Orquestra de Almada e à Cozinha



de Alfazina. Relativamente à Cozinha Comunitária Terras da Costa também é de saudar, esperamos, e nós na 4ª Comissão já debatemos estes assuntos e ainda bem, estamos a debater estes assuntos aprofundadamente para que de uma forma serena realmente possamos resolver estes assuntos que têm a ver com a habitação social. Podíamos aqui também dizer, como muitas vezes nos apelidam, mas não o vamos fazer como é óbvio, que seria uma caridadezinha que se está a fazer, em vez de resolver as questões, mas não, de certa forma nós apoiamos tudo aquilo que seja para dar um primeiro apoio, uma primeira emergência, digamos assim, àquelas pessoas que mais necessitam e portanto esta Moção apresentada pela CDU e este trabalho que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal nas Terras da Costa é pelo CDS saudado e bem vindo.

Relativamente à renda apoiada o CDS-PP irá votar contra, está este projeto e entraram uma série de propostas na Assembleia da República, enfim a posição do CDS-PP é que deveria haver uma avaliação aprofundada sobre um estudo, portanto como tem sido aplicada a Lei durante este último ano e não acompanharemos esta mesma posição por parte da CDU.

Relativamente ao Congresso da CGTP, saudamos como é óbvio e não temos nada a opor, mas não iremos acompanhar esta mesma proposta e desejamos acima de tudo que o Congresso da CGTP corra pela melhor forma, aliás com certeza terão muito que discutir e muito que refletir nesta nova conjuntura que temos hoje em dia em Portugal. Se calhar é um congresso curioso.

Relativamente às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda em relação à Saúde. O CDS-PP não irá acompanhar, até parece que tudo durante os quatro anos tudo foi mau na saúde, foi o descalabro total na saúde, nada correu bem, é o que nos aparece nesta proposta.

Saudamos também e aí sim apoiaremos a Moção relativamente à Constituição da República Portuguesa e à Moção do Bloco de Esquerda. Relativamente ao IMI também não iremos acompanhar, aliás acompanharemos sim aquela que foi a proposta deixada pela CDU, e também acompanhada pelo PS e salvo erro pelo PSD, relativamente à discriminação positiva.

Eu aqui quero deixar apenas uma ressalva, acho que só pode falar assim relativamente às Misericórdias quem não tem conhecimento do trabalho que as Misericórdias têm feito realmente no terreno. Mas enfim, mais uma vez as declarações fiam para quem as praticam. Em relação à proposta do PAN, ela vai descer à Comissão, mas de qualquer forma votaríamos a favor.”

7.5.9 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Saudação ao Município e também à TVAlmada pela sua presença e pelo serviço público que está a prestar neste momento.

Eu queria fazer algumas referências e para que não haja qualquer dúvida, o Bloco de Esquerda não quer penalizar as Misericórdias nem recebe qualquer lição relativamente ao



conhecimento daquilo que as Misericórdias desempenham neste País. O que o Bloco de Esquerda pretende é que haja um tratamento idêntico às restantes instituições particulares de solidariedade social e que não haja exatamente esta exceção. Aceitamos a formulação que a CDU apresentou relativamente à Moção, mas não temos dúvidas da importância que têm estas instituições.

Relativamente às referências que foram feitas pelo Sr. Deputado Courinha Leitão e é natural que haja opiniões diferentes, é assim a democracia, é salutar e estamos a fazer uma aprendizagem diferente todos, e estamos a fazer um percurso que nunca tínhamos encetado coletivamente, e é necessário salientá-lo e portanto existem opiniões diferentes em relação àquilo que é o trabalho desempenhado pelos trabalhadores ao abrigo dos contratos de emprego de inserção e contratos de emprego e inserção, CEI e CEI+. Há uma opinião diferente, nós reafirmamos a nossa opinião relativamente à necessidade de um posto de trabalho ser ocupado como é, de forma permanente, o trabalhador não deve ficar na situação de desigualdade perante outros trabalhadores com quem está ao lado no dia a dia.

Queria-me referir explicitamente a dois aspetos. Um em relação ao Mercado do Laranjeiro com o fim anunciado, para dizer o seguinte, a substituição do velho mercado que é a parte inicial da Moção do PSD, era uma necessidade pois já não podia responder às exigências postas pelos tempos. Estarei talvez numa situação particular porque tinha responsabilidades ao nível do executivo na Junta de Freguesia na altura, aquando da decisão do encerramento do Mercado, velho mercado, que não reunia quaisquer condições nem para os vendedores, nem para os utentes. E houve na altura uma discussão democrática travada em torno do que seria o futuro Mercado, e houve opiniões diferentes, houve sugestões diferentes e essas sugestões foram apresentadas na altura. A verdade é que nós estamos hoje confrontados com uma realidade diferente daquela em que discutíamos este assunto. A realidade económica é diferente, os grandes espaços comerciais ocuparam no nosso Concelho e por todo o País um papel diferente daquele que havia na altura. Entretanto foram também instalados nesta Freguesia outros espaços comerciais e portanto tudo isto nos obriga a uma reflexão aprofundada sobre o futuro dos mercados municipais. E não se trata só do Mercado Municipal do Laranjeiro, mas penso que também todos os Mercados do Concelho. E todos somos chamados a esta reflexão em relação ao futuro. Portanto a nossa preocupação neste momento fundamentalmente do Bloco de Esquerda é que apresentada uma solução relativamente à ocupação daquele espaço que pode passar por uma instituição de solidariedade social ou eventualmente por outra instituição. Aquele espaço pode ser utilizado de outra forma e há que saber rentabilizá-lo da melhor forma. Este problema é complexo, exige uma reflexão sobre os Mercados Municipais.

Gostaria de me referir finalmente à Moção sobre o Arsenal do Alfeite. E é particularmente engraçado, para não utilizar outro termo, que o Arsenal do Alfeite como é referido no corpo



desta Moção, foi sempre uma escola de formação e de trabalho em todas as vertentes da indústria naval, é verdade. Porque é que está encerrada a Escola de Formação? É um problema que se tem que colocar frontalmente e ter a ousadia de o dizer, porque é que a encerraram? A culpa morre solteira. Quem esteve no estaleiro até 2009 e foi obrigado a sair, imposto para uma situação de mobilidade não pode deixar de considerar caricato algo do que aqui está. Muitas das propostas que hoje aqui são referidas foram propostas concretas que foram apresentadas pelos órgãos representativos dos trabalhadores e pelos trabalhadores à EPTÉ. Em 2006, 2007, 2008 e 2009 foram muitos os operários que foram para a Alemanha para fazer as suas ações de formação. Infelizmente com a reestruturação, tal como foi feita em 2009 originou que o número de trabalhadores do Arsenal ficasse reduzido a metade e que muitos deles tivessem sido forçados a ir para a mobilidade com todas as inconveniências que daí surgiram. Portanto a morte, aqui a culpa também morreu solteira. O know-how dos trabalhadores que estiveram durante largo tempo na Alemanha foi completamente desprezado e muitos desses trabalhadores hoje estão em atividades totalmente diferentes daquela que estavam na altura. O entendimento do Bloco de Esquerda é que o Arsenal sempre teve contas certas até 2009, ao contrário do que pretendeu dizer, as contas foram sempre certinhas e havia equilíbrio económico e financeiro. E o PSD também foi responsável na decisão da reestruturação do Arsenal, que levou à redução significativa de trabalhadores e levou a que muitos estejam hoje a enfrentar elevadas dificuldades económicas. O entendimento que o Bloco de Esquerda tem é que o Arsenal do Alfeite deve estar ligado à Marinha e deve estar integrado no Ministério da Defesa Nacional e a decisão da sociedade anónima não corresponde àquilo que é o desejo dos trabalhadores. Gostaria de referir que ao contrário do que aqui está referido, não se verifica qualquer tipo de renovação e modernização de instalações cais-ponte e de gruas. É um desejo, não é uma realidade. Estou exatamente a transmitir aquilo que é transmitido por trabalhadores, neste momento não se verifica no Arsenal este panorama, seria bom que assim acontecesse, esse seria o desejo dos trabalhadores tal como anteriormente hoje estão dispostos a enfrentar as dificuldades e querem objetivamente um estaleiro ao serviço do País, querem-no efetivamente a sério e estão dispostos a fazê-lo.”

7.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.6.1 - A Moção/Saudação à Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.6.2 - A Moção/Saudação à Orquestra de Câmara de Almada, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por unanimidade.



- 7.6.3** - A Moção/Saudação ao XIII Congresso da CGTP-IN, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).
- 7.6.4** - A Moção/Deliberação sobre a Cozinha Partilhada de Alfazina, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.5** - A Moção/Deliberação sobre a Cozinha Comunitária nas Terras da Costa, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).
- 7.6.6** - A Moção/Saudação aos SMAS de Almada no 1º lugar no Pipe Contest Portugal e “Tubo de Ouro” para melhor informação institucional e empresarial, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.7** - A Moção/Recomendação sobre 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.8** - A Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por pontos:
- 7.6.8.1** - Parte introdutória - foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.6.8.2** - Ponto 1 - foi aprovado por unanimidade.
- 7.6.8.3** - Ponto 2 - foi aprovado por unanimidade.
- 7.6.8.4** - Ponto 3 - foi aprovado por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).



7.6.8.5 - Ponto 4 - foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN, e Ind.), catorze votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PSD) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).

7.6.8.6 - Ponto 5 - foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e Ind.), catorze votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PSD) e duas abstenções (do eleito do CDS-PP e do PAN).

7.6.8.7 - Ponto 6 - foi aprovado por unanimidade.

7.6.8.7.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

Há 42 anos, a esperança média de vida em Portugal era 64 anos para os homens e de 70,3 anos para as mulheres; atualmente é de 76,7 anos para homens e 82,6 anos para as mulheres, o que representa um aumento de quase 20,0% para os homens e de cerca de 18,0% para as mulheres.

Há 42 anos, a taxa de mortalidade infantil indicava que por cada mil crianças nascidas em Portugal 55 não completavam o primeiro ano de vida; atualmente, por cada mil nascimentos apenas 3 não sobrevivem ao primeiro ano de vida.

Em 42 anos, deixou de se dizer “tive 5 filhos mas só vingaram dois”. Em 42 anos, quebrou-se o ciclo da pobreza e da doença. Em 42 anos, conseguiu-se acabar com a indignidade de pessoas doentes não se tratarem por não terem acesso a cuidados de saúde nem meios para o pagar. Os princípios de abril, plasmados na Constituição, permitiram construir um serviço nacional de saúde (SNS) garantindo cuidados de saúde primários e hospitalares a todas as pessoas, disseminando no território hospitais e centros de saúde, assegurando a equidade no acesso e garantindo o acesso a cuidados médicos a todas as pessoas, a título universal, geral e gratuito.

Para implementar a sua missão, o SNS é financiado através do Orçamento de Estado. Como se compreende, é necessário que o orçamento atribuído ao SNS lhe permita assegurar as suas funções. Ao longo dos últimos quatro anos, o Governo PSD/CDS fez o orçamento do SNS recuar dez anos: em 2015 foi de 7,8 mil milhões, ao nível das dotações de 2005/2006. Entre 2010 e 2014, a despesa pública total com a saúde reduziu-se 5,5 mil milhões de euros. No entanto, o setor privado cresceu fulgorosamente graças ao Estado: entre 2010 e 2014, os pagamentos do Estado aos grupos privados aumentaram de 160 para 427 milhões (note-se



que mais de um terço da faturação dos grupos privados é assegurada por pagamentos da ADSE e convenções com o Estado). O Orçamento do Estado para 2015 destinou 417 milhões para as parcerias público-privadas (PPP) na saúde e reservou 1200 milhões de euros para aquisição de serviços através de contratação externa.

São escolhas, é verdade. E o Governo PSD/CDS fez escolhas: pela austeridade, pelo apoio ao setor privado, pelo corte no setor público.

Consequentemente, as dificuldades do SNS avolumaram-se ao ponto de se registar falta dos mais simples materiais (como luvas ou batas) ou das terapêuticas mais caras (como medicamentos oncológicos ou biológicos); os tempos de espera nas urgências atingiram limites impossíveis de aceitar e, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações tornou-se evidente.

Tudo isto perante equipas de profissionais levadas ao limite da exaustão, desfalcadas por falta de médicos, enfermeiros, técnicos e outros profissionais de saúde. A desmotivação tomou conta dos profissionais, desrespeitados nos seus direitos e carreiras, mal remunerados, sujeitos a enormes cargas de trabalho, prejudicados nos períodos de descanso impostos pela própria lei, limitados na sua realização profissional, sujeitos à incerteza da precariedade e - quantas vezes - usados como bodes expiatórios e culpados por falhas e problemas provocados pelas decisões das administrações ou próprio governo.

Os utentes depararam-se com taxas moderadoras que se transformaram em copagamentos, meios complementares de diagnóstico a atingirem valores absurdos, impossibilidade de dar continuidade a tratamentos por não poder pagar o transporte, tratamentos e cirurgias desmarcados por falta de material...

Sucederam-se os alertas dando nota das dificuldades do SNS.

Sucederam-se as evidências de que não era possível fazer mais com menos. Sucederam-se as provas de que a austeridade estava a degradar a qualidade e o acesso do SNS.

E sucederam-se as desvalorizações destes mesmos alertas pelo governo PSD/CDS.

Até que, da pior forma, deixou de ser possível ignorar que a austeridade mata.

Por tudo isto, é imperativo travar este processo de destruição do SNS.

É absolutamente fundamental assegurar que o SNS tem as condições orçamentais necessárias ao seu normal funcionamento e, para tal, é necessário aumentar o financiamento; um orçamento de 8,5% do Produto Interno Bruto PIB (hoje 5,9%, para uma média OCDE de 9,3%, tendo sido de 6,7% em 2012) permitiria o normal funcionamento do SNS. Este orçamento permitiria também por no terreno medidas determinantes como (i) a criação de um Fundo Especial para a Inovação Terapêutica, reduzindo nos orçamentos hospitalares o custo dos medicamentos inovadores, (ii) uma nova e efetiva política de promoção da saúde e prevenção da doença e (iii) investir na construção prioritária dos novos hospitais de Lisboa, Seixal e Gaia, no alargamento da rede pública de cuidados continuados e na implementação



da rede nacional oncológica.

Os desafios que o SNS enfrenta são imensos. Travar a destruição em curso e salvar o SNS é uma missão crucial para a qual todos estamos convocados. Para que a austeridade deixe de matar.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Exigir ao Governo adequada orçamentação do SNS;
2. Solicitar ao governo o investimento público na Rede Nacional de Cuidados de Saúde Primários e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
3. Rejeitar a municipalização da saúde;
4. Solicitar ao governo que sejam desencadeadas as ações necessárias a assegurar a contratação pública de todas/os as/os trabalhadoras/es que exercem funções no SNS;
5. Solicitar ao governo que se abstenha de colocar trabalhadoras/es no SNS ao abrigo de contratos de emprego inserção (CEI) e contratos de emprego inserção + (CEI+);
6. Solicitar que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir médico de família a todas as pessoas inscritas nas unidades de cuidados de saúde primários.”

7.6.9 - A Moção/Deliberação Pela justiça na tributação do IMI, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por pontos:

7.6.9.1 - Introdução - foi aprovada por maioria com trinta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e Ind.), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do PAN).

7.6.9.2 - Ponto 1 - foi aprovado por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS e Ind.) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do PAN).

7.6.9.3 - Ponto 2 - foi aprovado por maioria com trinta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e Ind.) e sete abstenções (de eleitos do PSD, do CDS e do PAN).

7.6.9.4 - Ponto 3 - foi aprovado por maioria com trinta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda;



Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e duas abstenções (do eleito do CDS e do PAN).

7.6.9.5 - Ponto 4 - foi aprovado por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e Ind.) e duas abstenções (do eleito do CDS-PP e do PAN).

7.6.9.6 - Ponto 5 - foi aprovado por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

7.6.9.6.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Pela justiça na tributação do IMI

Considerando que a Proposta de Lei n.º 12/XIII, que aprova o Orçamento de Estado para 2016 estabelece:

- a) Um conjunto de alterações ao Código do IMI e ao Estatuto dos Benefícios Fiscais visando uma maior justiça na tributação;
- b) A revogação dos benefícios fiscais em sede de IMI concedidos até agora aos Fundos de Investimento Imobiliário;
- c) A reintrodução de uma cláusula de salvaguarda quanto aos aumentos de IMI, prevenindo a perda acentuada de rendimento disponível das famílias em função dos aumentos de IMI, cláusula de salvaguarda essa apenas aplicável aos imóveis que sirvam de habitação própria e permanente ao sujeito passivo;

E considerando ainda que:

- d) Se terá de, com mais tempo e reflexão, proceder a uma reforma mais ampla da tributação do património;
- e) No entanto, subsistem algumas iniquidades na tributação em sede de IMI que poderão ser objeto de correção com a aprovação do Orçamento de Estado;
- f) Sendo disso exemplo a manutenção do tratamento privilegiado em sede de fixação da taxa de IMI nos prédios destinados a habitação própria e permanente do agregado familiar do sujeito passivo apenas em função da existência de dependentes a cargo;
- g) Importando assegurar que a tributação em sede de IMI tenha em consideração a propriedade de habitação própria e permanente, que merece ser privilegiada independentemente e aprioristicamente da existência de dependentes a cargo, sem embargo de se limitar essa aplicação a uma parte do valor patrimonial tributário do imóvel que se



considere justa;

- h) Desta forma se assegura que todo e qualquer prédio destinado a habitação própria e permanente do proprietário é tributado de forma diferente da utilizada para a tributação de uma casa de férias ou de um imóvel destinado a rendimento;
- i) Persiste no Estatuto dos Benefícios Fiscais uma isenção específica para as misericórdias, caso em que o benefício de isenção de abrange quaisquer imóveis de que sejam proprietárias e não apenas, como nas restantes IPSS aos imóveis destinados diretamente à realização dos seus fins (ver artigo 64.º, n.º 1, alínea f) do Estatuto dos Benefícios Fiscais);
- j) Esta medida para além de duvidosa constitucionalidade, por violação do Princípio da Igualdade (artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa), é manifestamente injusta.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de fevereiro de 2016 delibera:

- 1 - Manifestar apoio à revogação dos benefícios fiscais em sede de IMI aos Fundos de Investimento Imobiliário, conforme previsto na Proposta de Lei n.º 12/XIII.
- 2 - Manifestar apoio à reintrodução de uma cláusula de salvaguarda quanto ao aumento da coleta de IMI em prédios destinados à habitação própria e permanente dos sujeitos passivos, conforme previsto na Proposta de Lei n.º 12/XIII.
- 3 - Apelar à introdução no Orçamento de Estado para 2016 de normas com vista ao tratamento privilegiado em sede de fixação da taxa de IMI nos prédios destinados a habitação própria e permanente do agregado familiar do sujeito passivo independentemente da existência de dependentes a cargo.
- 4 - Apoiar as iniciativas que visam a redução da taxa de IMI, fixando-a em 0,4%, considerando que nos termos legais a taxa máxima em vigor está fixada em 0,5%.
- 5 - Apelar à introdução no Orçamento de Estado para 2016 de normas que assegurem tratamento igualitário de todas as IPSS nas isenções de IMI.”

7.6.10 - A Moção/Deliberação sobre Alimentação de animais de rua, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia, Baixa à Comissão que foi aprovada por unanimidade.

7.6.11 - A Moção/Deliberação sobre o Mercado do Laranjeiro: Um fim anunciado, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada por maioria com vinte votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PAN e Ind.).

7.6.12 - A Moção/Deliberação sobre o Arsenal do Alfeite um estaleiro público ao serviço de Portugal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada por maioria com dezanove votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;



Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e Ind.), quinze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE e do PAN).

7.6.12.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Geraldês, apresentando declaração de voto.

7.6.12.1.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal da CDU votou contra a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD “Arsenal do Alfeite um estaleiro público ao serviço de Portugal”, por considerar que tal moção induz em erro sobre a atual situação do Arsenal e dos seus trabalhadores, assenta no elogio no “novo modelo de empresa”, omite as reivindicações e a luta dos trabalhadores para a reintegração do Arsenal na orgânica da Marinha.

Com efeito, a extinção do Arsenal do Alfeite e a sua transformação em sociedade anónima de capitais públicos, Arsenal SA, integrada na EMPORDEF, não resolveu nenhum dos pressupostos anunciados. Pelo contrário criaram mais instabilidade e as melhorias evocadas que decorreriam da “empresarialização” não só não aconteceram, como a sua evolução foi no sentido da degradação do Arsenal.

Dando voz às aspirações dos trabalhadores e manifestando-lhes a nossa solidariedade foram muitas as iniciativas, moções, deliberações, intervenções, dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal na exigência aos governos, designadamente ao último do PSD/CDS, com vista à reintegração na Marinha, integrado na administração direta do Estado, sob tutela do Ministério da Defesa Nacional, como sempre foi até 2009.

Consideramos serem estas as soluções adequadas e seguras para o Arsenal e para os trabalhadores. Só assim se poderá defender o direito ao trabalho com direitos, repondo o regime de contrato de trabalho em funções públicas, até tendo em conta os perigos que resultam para os trabalhadores o atual regime de “acordo de cedência de interesse público”.

O Grupo Municipal do PSD nunca votou favoravelmente os nossos documentos.

O Grupo Municipal da CDU não pode pactuar com hipocrisias políticas.”

7.6.13 - A Moção/Deliberação sobre a Revogação da extinção de tribunais, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

7.6.14 - A Moção/Deliberação sobre as Abordagens locais ao empreendedorismo jovem e ao risco, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi rejeitada por maioria com



trinta votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e Ind.), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (da eleita do PAN).

7.6.15 - A Moção/Saudação ao 8 de março - Dia Internacional da Mulher, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.

7.6.16 - A Moção/Deliberação sobre Congratulação pela transmissão em vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.6.17 - A Moção/Deliberação sobre a CERCISA, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dezassete votos a favor (de eleitos do PS, do PSD, do CDS e Ind.) e duas abstenções (de eleitos do BE).

7.6.17.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Geraldês, apresentando declaração de voto.

7.6.17.1.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal da CDU votou contra a Moção apresentada pelo Deputado Municipal eleito pelo CDS-PP sobre proposta de apoio da Câmara Municipal à aquisição de uma viatura pela CERCISA, por considerar que tal proposta enferma de ilegalidade formal e material, extravasando as competências legais da Assembleia Municipal, que não pode nem deve imiscuir-se em matérias que dizem exclusivamente respeito à gestão da Câmara Municipal no âmbito das suas atribuições e responsabilidades legais.

Acresce a esta realidade que a Assembleia Municipal de Almada aprovou, em Sessão Extraordinária realizada em 4 de fevereiro de 2011, o “Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo”, proposto pela Câmara Municipal, que está em vigor e regula a forma como o apoio municipal, quer ao desenvolvimento das mais diversas atividades promovidas pelas organizações e associações do Movimento Associativo Popular, quer à melhoria das infraestruturas e equipamentos utilizados no desenvolvimento daquelas atividades se deve formalizar e processar.

A CDU votou contra a proposta apresentada pelo Sr. Deputado Municipal do CDS-PP porque considera que ela contraria frontalmente aquele Regulamento Municipal, aprovado por esta mesma Assembleia Municipal.”

7.6.18 - A Moção/Deliberação sobre o Quartel da GNR Caparica/Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi rejeitada por maioria com vinte votos contra (de



eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), quinze votos a favor (de eleitos do PS, do PSD e do CDS-PP) e duas abstenções (da eleita do PAN e Ind.).

7.6.18.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Geraldês, apresentando declaração de voto.

7.6.18.1.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal da CDU votou contra a moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal do CDS-PP, que pretendia a construção de um quartel para a GNR na Caparica/Trafaria, por considerar que a sua formulação é ambígua, e claramente não corresponde às justas reivindicações sucessivamente reafirmadas pelas populações e pelo Município.

Na análise e discussão desta moção a CDU chamou a atenção do preponente para o facto de ser necessário clarificar, de acordo com anteriores tomadas de posição, que é urgente a requalificação do quartel existente na Trafaria, que se encontra numa situação de degradação inaceitável, bem como é igualmente urgente a construção de instalações adequadas para forças de segurança na área do ex-Plano Integrado de Almada, na Freguesia da Caparica.

Considerando que o preponente não aceitou as alterações propostas, insistindo que na opinião do CDS-PP a formulação da moção é a adequada, o Grupo Municipal da CDU votou contra.

A CDU continuará a defender e a propor a necessidade da realização de obras de requalificação do quartel da GNR na Trafaria, assim como a considerar inadiável a construção de instalações para forças de segurança na Caparica.”

7.6.19 - A Moção/Deliberação Por um novo regime de arrendamento apoiado, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, do BE e Ind.), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do PAN).

7.6.20 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, apresentando uma Declaração de voto.

7.6.21 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Declaração de Voto - Documento nº 29 Moção/Deliberação CDU “Por um Novo Regime de Arrendamento Apoiado”

Tendo em consideração o Artigo nº 53 (Declarações de Voto) o ponto 2, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, o Deputado Municipal do CDS-PP António Pedro Maco, vem por este meio, apresentar a seguinte Declaração de Voto:



O arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, entre as quais se encontra o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam. O CDS-PP sempre acompanhou, com especial preocupação, o processo relativo à aplicação deste regime, tendo tido várias iniciativas no sentido de serem introduzidas melhorias legislativas que levassem em linha de conta as necessidades e anseios dos moradores e também dos proprietários, para além da especial preocupação com a necessidade de recuperação e reabilitação destas habitações. O Regime da Renda Apoiada foi criado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro e estava regulado no Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, que teve por objetivo reformular e uniformizar os regimes de arrendamento destinados aos imóveis de habitação social existentes em Portugal. Este é um arrendamento, de cariz marcadamente social, que visa, em primeira linha, garantir as condições de vida e de dignidade às famílias em situação de carência ou necessidade económica, concretizando a função social do parque habitacional público e promovendo a coesão social.

O CDS-PP sempre reconheceu, nas suas várias iniciativas legislativas, que aquele regime se havia revelado desadequado à evolução das necessidades habitacionais das famílias e da situação de escassez e degradação do parque habitacional, sendo alvo, consecutivamente, de múltiplas e díspares soluções regulamentares. No regime anterior, uma das maiores críticas era o facto de não ter em conta, na forma de cálculo da renda, a dimensão do agregado familiar e a progressividade do rendimento total do agregado familiar, para além de não relevar o nível de conforto e o estado de conservação dos fogos. Assim, de acordo com os dados apresentados, então, pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), assistiu-se em alguns casos a congelamentos das rendas por mais de 30 anos, pondo em causa a justiça na atribuição e no arrendamento das habitações às famílias e a sustentabilidade da conservação dos bairros sociais. Por outro lado, do estudo de 2012 apresentado pelo mesmo Instituto sobre a aplicação do regime de renda apoiada pelos 50 maiores proprietários de habitação social e que representam cerca de 90% da totalidade do parque de habitação social, resultou, pelo menos, 3 modalidades de aplicação do regime de arrendamento social. O CDS-PP, por diversas vezes, solicitou aos diversos proprietários públicos informação sobre a aplicação do regime de renda apoiada aos seus arrendatários bem como sobre estado de conservação dos imóveis, exigindo um levantamento exaustivo da situação de modo a que se obtivesse um diagnóstico fiel à evolução das necessidades habitacionais das famílias e da situação do parque habitacional. O CDS-PP sempre defendeu, nesta matéria, a necessidade de um «elevador social», orientado por critérios de justiça social, que promova a possibilidade



do Estado e demais entidades públicas responderem às necessidades das famílias em situações de maior vulnerabilidade económica pelo período de tempo em que se verifiquem tais necessidades, garantindo-se o acesso a habitações com rendas acessíveis às famílias e salvaguardando-se a finalidade do parque habitacional público, de acordo, aliás, com o direito à habitação, legal e constitucionalmente consagrado. Como se sabe, em matéria de arrendamento e reabilitação urbana, eram necessárias várias e profundas reformas, sendo que o anterior governo procedeu e promoveu tais reformas, nomeadamente procedendo à revisão do regime da renda apoiada. Essa reforma, consagrada na Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, trouxe alterações e criou um regime mais justo e equitativo para as famílias e deu resposta a várias críticas apontadas ao anterior regime. Da aplicação da Lei n.º 81/2014, destacam-se as alterações relacionadas com uma nova fórmula de cálculo do valor da renda mais favorável para os arrendatários e o valor da renda que é agora determinado de acordo com o rendimento, composição e dimensão do agregado familiar, para além de promover a sustentabilidade financeira de bairros de habitação social, assegurando a sua conservação futura.

Este novo regime entrou em vigor no dia 1 de março de 2015, sendo que, levando em consideração várias sugestões e recomendações tecidas por diversos moradores, nomeadamente pelos moradores dos bairros sociais municipais de Setúbal, entende o CDSPP, atendendo à importância da matéria em causa, que se mostra normal e necessário que seja efetuado agora um estudo pelo governo, em parceria e articulação com as entidades competentes, no sentido de se apurar se o novo regime está a cumprir o seu desígnio e, dentro do atual quadro legislativo, que se avalie e estude a possibilidade de introduzir alterações que possam contribuir para uma maior justiça da lei e da coesão social que se pretende alcançar.

Em conclusão, o CDS-PP entende que se deve proceder a uma avaliação, da situação atual, no que se refere à aplicação do regime de arrendamento apoiado para habitação, em articulação e colaboração com as entidades competentes.”

- 8** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 26 de fevereiro de 2016.
- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria do Carmo Borges; Joaquim António da Silva Gomes Barbosa; Francisca Luís Baptista Parreira; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; António José Pinho Gaspar Neves; Francisco Miguel Pereira Cardina.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- 10** - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada; das Sr.ªs Juristas Fábria Mateus e Teresa Canarias de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e seis Srs. Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H45 do dia 26 de fevereiro de 2016.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____